Memórias do Seminário Mosaicos de Áreas Protegidas no Amazonas

Manaus, 29 e 30 de outubro de 2007

Comissão de relatoria:

Maria Olatz Cases

Marcia Regina Lederman

Marcos Roberto Pinheiro

Rita Mesquita

Domingos Macedo

Realização

WWF ARPA gtz ceuc SDS Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUMÁRIO

SIGLAS E ACRÔNIMOS

APRESENTAÇÃO 4

1 OBJETIVOS DO SEMINÁRIO 5

2 DESENVOLVIMENTO DO SEMINÁRIO 5

3 RESUMO DAS APRESENTAÇÕES
- **3.1** O Olhar do ARPA sobre os Mosaicos. Ronaldo Weigand Jr. Coordenador ARPA 7
- **3.2** Mosaicos de unidades de conservação do Corredor Serra do Mar. Heloisa Dias. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera 9
- **3.3** Mosaicos de áreas protegidas. O desafio da gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação. Iara Vasco. FUNAI 11
- **3.4** O desafio da gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação. Dan Pasca. Consultor GTZ 13
- **3.5** Definições conceituais de mosaicos, corredores e reservas da biosfera. María Olatz Cases. Consultora da GTZ 14
- **3.6** Mosaico do baixo rio Negro. Thiago Mota Cardoso. Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ 16
- **3.7** Bloco de conservação Juruena/Apuí. Marcos Roberto Pinheiro. WWF-Brasil 18
- **3.8** Experiências do primeiro ano do monitoramento de quelônios em UCs do Médio Juruá. Carlos Eduardo Marinelli. SDS/Probuc 20
- **3.9** Plano de Proteção do Médio Rio Juruá. Guillermo Estupiñan. SDS 22
- **3.10** A Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas no Amazonas. Uma visão institucional. Rita Mesquita. Coordenadora SDS/CEUC 24

4 RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO
- **4.1** Mosaico do Baixo Rio Negro 27
- **4.2** Mosaico da Amazônia Meridional 29
- **4.3** Mosaico do Purus 31
- **4.4** Mosaico do Solimões 34
- **4.5** Mosaico das nascentes de Rondônia 37
- **4.6** Grupo das Diretrizes Estratégicas 39

5 PRÓXIMOS PASSOS 42

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....
- **6.1** Diagnóstico rápido dos mosaicos 43
- **6.2** Avaliação das vantagens e desvantagens de reconhecer um mosaico de áreas protegidas 44
- **6.3** Requisitos para formação de um mosaico de áreas protegidas 45
- **6.4** Processo necessário para reconhecimento de um mosaico de áreas protegidas 46
- **6.5** Mecanismos para apropriação institucional de mosaicos no longo prazo 47
- **6.6** Subsídios para formação do conselho gestor do mosaico 48
- **6.7** Subsídios para construção de atividades no âmbito do mosaico 49

ANEXOS
- A. Lista de participantes 50
- B. Programação da oficina 52

SIGLAS E ACRÔNIMOS

APA	Área de Proteção Ambiental
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação
CI	Conservação Internacional do Brasil
EE	Estação Ecológica
FEPI	Fundação Estadual dos Povos Indígenas
FN	Floresta Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
Funbio	Fundo Brasileiro para a Conservação
FVA	Fundação Vitória Amazônica
GTZ	Agência Alemã de Cooperação Técnica
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPE	Instituto de Pesquisas Ecológicas
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não-governamental
PCE	Projeto Corredores Ecológicos
PE	Parque Estadual
PM	Plano de Manejo
PN	Parque Nacional
RB	Reserva Biológica
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Resex	Reserva Extrativista
SDS	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de conservação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Cultura e a Educação
WCS	Wildlife Conservation Society
WWF-Brasil	World Wild Life Fund do Brasil

Seminário
Mosaicos de Áreas Protegidas no Amazonas
Memórias

APRESENTAÇÃO

Durante os dias 29 e 30 de outubro de 2007 foi realizado, em Manaus, o Seminário sobre Mosaicos de Áreas Protegidas no Amazonas. Este seminário foi organizado no âmbito do Programa Arpa, pelo Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), com a cooperação técnica do WWF-Brasil e da GTZ.

O seminário contou com a presença de, aproximadamente, 60 participantes, técnicos dos órgãos ambientais do Estado do Amazonas, de instituições parceiras na implementação do SNUC e de convidados, como: Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza, SDS, GTZ, WWF-Brasil, Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Instituto Piagaçú, WCS, Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), Instituto Pacto Amazônico, Instituto Centro de Vida, Instituto Socioambiental, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, Fepi, Funai e Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A moderação do seminário foi realizada pela Sra. María Olatz Cases e, no último período, pela Sra. Márcia Regina Lederman, que formam parte da comissão de relatoria.

A programação do seminário foi dividida em dois momentos:
1) Apresentação de experiências de implementação de mosaicos de áreas protegidas e debate conceitual sobre o assunto; e,
2) Trabalhos de grupos para definição de atores e propostas iniciais de implementação de seis mosaicos: baixo rio Negro, baixo rio Purus, região do médio rio Juruá, região do rio Solimões, Amazônia Meridional e Nascentes de Rondônia.

Além disso, um sétimo grupo ficou responsável em debaterem diretrizes e estratégias visando a regulamentação de mosaicos no âmbito estadual e mecanismos de reconhecimento nacional.

Durante os dois dias do evento, houve oportunidade para que todos os participantes mostrassem seus pontos de vista conforme suas experiências, abrindo-se espaços para o debate e o intercâmbio de opiniões. Este relatório compila os objetivos, as apresentações, o desenvolvimento e os resultados do Seminário de Mosaicos de Áreas Protegidas no Amazonas. No final, também foi incluída uma análise preliminar sobre os resultados alcançados.

Comissão de Relatoria

1. OBJETIVOS DO SEMINÁRIO

O objetivo geral do seminário foi a definição de diretrizes para implementação de mosaicos de áreas protegidas no Amazonas, no âmbito do Programa ARPA.

Os objetivos específicos do seminário foram:

- Conhecer experiências em curso de estabelecimento e gestão de mosaicos de áreas protegidas em diferentes regiões do país;
- Identificar potenciais mosaicos de unidades de conservação e outras áreas protegidas no Estado do Amazonas;
- Discutir conceitos sobre a gestão de mosaicos de áreas protegidas;
- Integrar técnicos de diferentes instituições ambientais, governamentais e não governamentais na ótica de gestão de mosaicos;
- Integrar as terras indígenas ao debate da gestão de mosaicos.

2. DESENVOLVIMENTO DO SEMINÁRIO

As atividades do seminário se iniciaram com a apresentação de todos os participantes, indicando seu nome, qual a instituição onde trabalha e qual o envolvimento que cada um tem com o tema de mosaicos de áreas protegidas.

Depois das apresentações, o Dr. Virgílio Viana, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, deu as boas vindas aos participantes na sua mensagem de abertura e agradeceu a presença de todos, além de mencionar a importância do seminário. Ele explicou que as atuais discussões sobre mosaicos adquiriram um novo patamar com o novo marco legal oferecido pela lei que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e o novo marco institucional do Centro Estadual de Unidades de Conservação. Também ressaltou a importância de conhecer a experiência de outros estados e de realizar um segundo seminário com a participação prioritária e predominante das populações indígenas e de outras populações tradicionais, já que as terras indígenas também são consideradas dentro dos mosaicos de áreas protegidas.

Em continuação, a moderadora apresentou a metodologia do seminário, o qual foi dividido em dois blocos. O primeiro bloco consistiu em apresentações de diferentes experiências brasileiras de mosaicos, a visão institucional da FUNAI, os aspectos conceituais e experiências que se vêm desenvolvendo no Estado do Amazonas. O próximo item apresenta os resumos das apresentações.

O segundo bloco, no dia seguinte, se iniciou com a apresentação da visão governamental do Estado do Amazonas sobre os mosaicos, realizada pela Dra. Rita Mesquita, a fim de dar algum embasamento para os trabalhos dos grupos sobre possíveis mosaicos no Estado do Amazonas. Após o embasamento, foi proposto o trabalho dos grupos por região potencial de estabelecimento de gestão em mosaico. Foram formados cinco grupos:

1. Mosaico do baixo Rio Negro;
2. Mosaico do Sul do Amazonas com Mato Grosso e Rondônia;
3. Mosaico do Purus;
4. Mosaico do Solimões;
5. Mosaico das Nascentes de Rondônia.

Cada um desses grupos trabalhou sobre as seguintes perguntas orientadoras:

a) Quais as áreas protegidas desse mosaico, sua situação em relação com os planos de manejo, conselhos das unidades de conservação e instituições envolvidas?

b) Identificar três fortalezas do mosaico e três fragilidades do mosaico (três pontos positivos e três pontos fracos);
c) Qual o processo para o reconhecimento do mosaico e os requisitos necessários?
d) Quais os requisitos para apropriação institucional da proposta desse mosaico?

Ainda se formou um sexto grupo de trabalho que discutiu as linhas gerais do processo de formação de mosaicos no Estado do Amazonas e possíveis diretrizes.

No final do segundo dia, os resultados dos grupos foram apresentados e discutidos em plenária, abrindo a oportunidade de complementá-los. Para finalizar, os participantes definiram os próximos passos da discussão conceitual sobre mosaicos no Estado do Amazonas. Os resultados dos grupos de trabalho e os próximos passos foram compilados nos itens 4 e 5 destas memórias.

O encerramento do seminário foi realizado pela própria moderadora Marcia Lederman, agradecendo em nome dos parceiros e demonstrando satisfação pelos resultados alcançados.

3. RESUMO DAS APRESENTAÇÕES

3.1 O Olhar do ARPA sobre os Mosaicos. Ronaldo Weigand Jr. Coordenador ARPA

Os objetivos do programa ARPA são proteger pelo menos 50 milhões de hectares de ecossistemas amazônicos, de forma representativa, no período de dez anos, e estabelecer mecanismos de financiamento perenes, de forma complementar. O programa é uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, que é o coordenador; o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), que é o responsável pela execução financeira; os órgãos gestores de áreas protegidas, que realizam a execução técnica; o GEF/Banco Mundial, o KfW e o WWF, como doadores e responsáveis pela supervisão; a cooperação técnica, para apoiar à inovação e capacitação; e as organizações locais e empresas, de recente envolvimento com a doação de recursos para o Fundo de Áreas Protegidas.

O programa caracteriza-se por estarem seus recursos livres de contingenciamento e de limitações de contrapartida e pela flexibilidade relativa de seu sistema de gestão, o que aumenta a capacidade de desembolso e utilização dos recursos (na ordem de 240 milhões de dólares, com previsão de atingir os 400 milhões de dólares).

Em relação com os mosaicos de áreas protegidas, o artigo 26 do SNUC estabelece que, quando existir um conjunto de Unidades de Conservação próximas, justapostas ou sobrepostas, constituem-se um mosaico, que devem ser geridas conjuntamente, de forma integrada e participativa. Ressalta-se a omissão na regulamentação do SNUC em relação às outras áreas protegidas, considerando apenas as UCs como componentes de um mosaico, alem da pouca flexibilização do conselho do mosaico, que indica a gestão aos gestores da área e não da sociedade, perdendo parte do caráter participativo inicialmente previsto.

Colocando o olhar sobre as UCs apoiadas pelo Programa ARPA, existem POAs que são executados para um conjunto de UCs, como é o caso do mosaico do Apuí, no Estado do Amazonas e também em Rondônia. Outros possíveis mosaicos também são apoiados pelo ARPA, ainda que sejam POAs individuais por UCs, como é o caso do sul do Amazonas e norte do Mato Grosso, que perfazem um grande mosaico junto com as UCs do mosaico estadual do Apuí.

Também as terras indígenas e outras UCs que não são apoiadas pelo ARPA devem ser vistas como potenciais integradoras dos mosaicos, sempre de olho no mapa das áreas protegidas da Amazônia.

O ARPA trabalha a visão do mosaico na gestão mais eficiente dos recursos e no olhar do desenvolvimento territorial, a fim de maximizar a proteção e compatibilizar objetivos de uma grande área a ser protegida (bloco), considerando diferentes esferas de gestão, características sociais, ambientais e titularidade das terras para a definição das categorias das UCs, facilitando os processos de criação e conciliando diversos interesses e vocações, criando grandes blocos de áreas protegidas, com maior valor de conservação e representatividade ecológica. Como exemplo, cita-se o caso do Apuí, que criou florestas estaduais na região das jazidas de calcário, para permitir a exploração mineral.

A combinação de diferentes categorias e esferas de gestão no mosaico permite a conservação de blocos maiores, ou seja, uma maior área protegida e, consequentemente, maior representatividade ecológica. Por outro lado, ressalta-se também a importância da escala e da eficiência de gestão no mosaico, principalmente nas atividades de proteção e de estabelecimento de infra-estrutura de forma estratégica para toda uma região, na produção de material de educação ambiental, no estimulo e otimização da participação das comunidades e da sociedade civil organizada nos conselhos das UCs e do mosaico,

realização de pesquisas e expedições, inclusive para elaboração dos planos de manejo e otimização de consultorias.

Com relação ao desenvolvimento territorial, os mosaicos representam uma identidade de problemas e de oportunidades, o que leva a uma identidade de gestão. Os mosaicos trazem a idéia-guia para o desenvolvimento territorial, que consiste em uma proposta convincente e mobilizadora de como uma determinada estratégia de desenvolvimento pode trazer benefícios econômicos e sociais para um território. Com isso se consegue envolver pessoas, fortalecer a identidade e a participação dos atores, e se permite a mobilização de capital social local e de recursos externos, tendo a conservação da natureza como base deste desenvolvimento, gerando o conceito do DTBC – desenvolvimento territorial com base conservacionista.

O desenvolvimento territorial com base conservacionista tem como base valores, produtos e serviços gerados pela atividade conservacionista, tanto mediante o uso direto dos recursos naturais (manejo florestal madeireiro e não-madeireiro, a pesca, etc.) como seu uso indireto (turismo, lazer, educação, serviços ambientais, pesquisa, bioprospeção, etc.). Também deve ser considerado o valor intrínseco da conservação da natureza, pelo não uso.

O principal desafio da implementação de um mosaico está na vaidade institucional, na definição do gestor dos recursos de um mosaico que tenha diferentes esferas e composições institucionais, assim como no escopo do ARPA, que não tem sua estrutura de indicadores por mosaico e sim por UC, entre outros.

A oportunidade principal está na otimização dos recursos existentes e nos benefícios indiretos àquelas UCs não privilegiadas pelo financiamento diretamente.

3.2 Mosaicos de unidades de conservação do Corredor Serra do Mar. Heloisa Dias. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera

A experiência de constituição do mosaico de unidades de conservação do Corredor da Serra do Mar vem sendo desenvolvida em parceria entre o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera, CEPF - Fundo de parceria para ecossistemas críticos (vinculado à Conservação Internacional e à SOS Mata Atlântica), o MMA e a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Cultura e a Educação - Unesco.

Alguns exemplos de mosaicos são o mosaico de Jacupiranga, o mosaico de áreas de manguezais do Estado do Espírito Santo, o mosaico metropolitanto de unidades de conservação do Rio de Janeiro, o mosaico de florestas urbanas do Recife e o mosaico da Serra do Mar. O mosaico de Jacupiranga surgiu por uma demanda de resolução de um conflito de áreas de quilombolas dentro de um parque estadual. Houve a redelimitação do Parque Estadual, com a ampliação de sua área, retirada das áreas de conflito e transformação das áreas de uso em RESEX. Agora, essas unidades compõem o mosaico, que hoje está na assembléia legislativa para homologação. O mosaico foi a solução para o conflito. O mosaico de áreas de manguezais do Estado do Espírito Santo é um programa de articulação entre municípios da Grande Vitória. O mosaico metropolitano de unidades de conservação do Rio de Janeiro ainda está sendo discutido e delimitado. O mosaico de florestas urbanas do Recife é uma demanda da AMUNI e da Escola Mangue que se está articulando como uma única proposta. Um mosaico em três estados, com aporte financeiro de 200 mil reais (captados no CEPF) para trabalhar o programa de agrofloresta com as unidades de conservação e sua área de influencia para recarga das bacias hidrográficas.

A constituição de mosaicos deve considerar cada realidade, principalmente pensando no tamanho das unidades de conservação da Mata Atlântica em comparação com as da Amazônia e na disponibilidade de recursos. Mosaicos e corredores ecológicos estão inseridos numa das linhas de ação das reservas da biosfera que é a de conservação e desenvolvimento sustentável.

O objetivo principal do mosaico de UCs da Serra do Mar é a conectividade, não só de fragmentos da Mata Atlântica, mas dos corredores ecológicos e de toda a bacia do Paraíba do Sul. Os objetivos específicos apresentados são os seguintes:
- Institucionalizar e implementar a gestão integrada de UCs e de outras áreas protegidas: aponta as dificuldades de entendimento entre as instâncias superiores, técnicos conversam, mas dirigentes não se entendem;
- Fortalecer a identidade regional e a gestão de território considerando as diversas categorias de manejo de UCs;
- Fortalecer a gestão de cada UC integrante do mosaico e respeitar as autonomias das UCs e dos demais parceiros, como os proprietários de reserva particular e as áreas indígenas;
- Sistematizar e disseminar informações sobre pratica, gestão e oportunidades de captação de recursos;
- Fomentar e consolidar formas regionais de dialogo para sustentar gestão e desenvolvimento;
- Otimizar e fortalecer as ações de instituições gestoras;
- Identificar e fomentar arranjos produtivos locais para desenvolvimento sustentável;
- Promover a formação de redes e fortalecimento das existentes.

Primeiro, foram identificadas as áreas onde havia interesse de fazer uma integração, ou que existisse o interesse pelo edital de mosaicos do FNMA. Nessas áreas, foram realizadas oficinas regionais e em cada oficina foram identificados os interesses, as dúvidas e quais eram as limitações para criação do mosaico. Como conclusão desse trabalho, recomenda-se que se inicie a proposta do mosaico com as UCs e somente depois partir para inclusão das demais áreas protegidas, como reservas legais, APPs e outras.

Em seguida, formou-se um grupo de trabalho que reuniu todas as informações necessárias: cada UC preencheu uma ficha com seus dados e manifestação de interesse em entrar no mosaico. As UCs que foram sugeridas mas que não participaram da primeira oficina também foram contatadas pelo grupo de trabalho, que preparou uma proposição de ações para compor um plano de ação do mosaico, como ele poderia ser constituído e o formato do conselho gestor. Na segunda oficina, foi apresentada uma proposição de como seria o funcionamento e discutiu-se a participação ou não dos proprietários de RPPN.

Decidiu-se trabalhar em conjunto nas questões regionais; como exemplo, o mosaico da Bocaina, com problemas de tráfico e extração de palmito em todas as UCs, seja de uso sustentável ou proteção integral, o que resultou em um programa para combater o tráfico em todas as unidades. Cada mosaico fez um plano de ação totalmente diferente do outro o que demonstra que cada um tem características próprias e que deve ter suas diretrizes, saber dos seus desafios e buscar formas de solução desses desafios.

Foram assinadas três portarias do MMA em dezembro de reconhecimento dos mosaicos, tendo sido enviado a justificativa, um dossiê, uma ficha de todas as UCs, o esboço das propostas de ação e a carta de adesão de cada secretario Estadual, de cada secretario Municipal, de cada dono de RPPN e de cada diretor de unidades de conservação federal e ainda, as minutas de portarias para serem analisadas pelo setor jurídico do MMA. Em fevereiro, foi realizada a reunião de posse dos conselhos gestores.

Outra ação importante foi o lançamento do material de divulgação e mobilização dos mosaicos, formado por: cartaz; caderninho com todos os dados das unidades, uma introdução das etapas realizadas, a descrição de cada UC, as suas justificativas, um resumo do dossiê, os participantes do processo e a portaria do MMA; um CD-ROM; o plano estratégico de gestão dos três mosaicos; a rede de parcerias articuladas entre os diversos gestores; web site; folder e caderno da serie RBMA.

O conselho do mosaico está composto pelos chefes de cada UC que fazem parte do mosaico e representantes da superintendência do Ibama, do IEF, comitê de bacia hidrografia do Estado de São Paulo, uma estatal, sociedade civil de cada UC indicado pelo seu conselho, setor turístico e cultural por região, comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas, setor empresarial e setor agro pastoril. O conselho do Mosaico cuida das questões regionais e mais amplas e o conselho de cada UC trata das questões especificas da unidade.

Caso o mosaico esteja restrito a UCs estaduais, abrangendo só um Estado, sugere-se que possa ser reconhecido pelo próprio secretario estadual, mas que quando transcende estados, é importante ter o reconhecimento do mosaico por parte do MMA, como instância de integração do acordo de diversos gestores (com a carta de adesão de cada um), porque favorece e ordena uma forma de gestão.

Salienta-se, também, a importância de ter um ator externo (que pode ser uma OSCIP ou uma pessoa de fora ou um projeto de fora) aos municípios, Estados e União para fazer com que todos conversem, uma vez que o maior desafio de qualquer trabalho integrado é superar as vaidades e a disputa de poder entre as instâncias, ainda que tenham competência comum. O mosaico é um instrumento de gestão e ele depende de superar vaidades e se fazer uma força tarefa de parcerias de todos os tipos, de governos, ONGs, sociedade civil, setor privado, reservas particulares, em prol da conservação. Os conflitos e normatização são pontos prioritários que devem ser trabalhados nos mosaicos. Deve-se respeitar o que está estabelecido para cada categoria dentro do mosaico.

3.3 Mosaicos de áreas protegidas. O desafio da gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação. Iara Vasco. FUNAI

No Brasil, vivem 440.000 indígenas aldeados em 615 terras indígenas, que pertencem a 220 etnias e falam 180 línguas. Essas terras indígenas representam 22% da Amazônia Legal e 12,5% do território nacional. As terras indígenas possuem extrema relevância para a conservação da diversidade biológica, já que coincidem com grande parte das áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da diversidade biológica, desempenham um papel importantíssimo de conectividade ecológica e funcional e são uma barreira para o desmatamento. Um estudo recente demonstrou que as terras indígenas tiveram o menor índice de desmatamento na Amazônia Legal, até mesmo em comparação com as UCs de proteção integral. Isso corrobora a necessidade de fortalecer o conjunto e de realizar parcerias com os povos indígenas para a proteção das áreas protegidas como um todo.

A partir do mapa de sobreposição de unidades de conservação e terras indígenas com os polígonos de áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da diversidade biológica do Probio, se percebem mosaicos dessas áreas protegidas e a importância das terras indígenas para a conectividade.

Em 2006, foi aprovado por decreto o PNAP - Plano Nacional de Áreas Protegidas, que é o que o Brasil tem hoje de mais atualizado e moderno sobre as ações com povos indígenas e áreas protegidas, desde o enfoque ecossistêmico, o respeito, a articulação e a integração, os quais estão previstos nos princípios, diretrizes, objetivos e estratégias deste Plano.

Em setembro de 2006, foi aprovada a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas pela ONU, ainda não ratificada pelo Brasil, e em outubro, a Declaração de Bariloche (2º Congresso Latino-americano de Parques Nacionais e outras Áreas Protegidas) que tem diretrizes, recomendações e estratégias de ações muito claras e diretas com relação ao tratamento das questões indígenas na política de conservação da biodiversidade por meio de áreas protegidas, inclusive com o reconhecimento de sua autonomia, sua auto determinação e soberania sobre seus territórios.

A gestão integrada com terras indígenas é um desafio para todos e, sobretudo, para os povos indígenas. A gestão integrada com TIs se faz junto com os índios e as índias, e a partir deles. A FUNAI nesse processo é a interlocutora e facilitadora para que os povos indígenas de fato protagonizem esse processo de gestão integrada. O desafio da FUNAI é como construir esse processo de participação para que os povos indígenas de fato protagonizem a sua historia nesse cenário da conservação.

O decreto de regulamentação do SNUC estabelece que os conselhos das UCs devem ser paritários e incorporar os povos indígenas na construção de uma dinâmica de gestão para esse território. Então, o conselho do mosaico se constitui nesse espaço de governança que deve assegurar a participação democrática na tomada de decisões e o controle social sobre as ações (no âmbito de sua competência), com base na transparência da gestão, na equidade entre atores e no manejo efetivo das áreas, lembrando que o conselho do mosaico é consultivo. O conselho do mosaico é um instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação dessa gestão territorial, biológica e sócio-cultural a ela associada.

Para a FUNAI existem pressupostos que são básicos: deve-se ter o respeito às diferenças das etnias, já que são povos e culturas com visões absolutamente diferenciadas da cultura ocidental; deve haver equidade, viabilizando-se o acesso e oferecendo condições de participação; e, deve haver um fortalecimento institucional da FUNAI, já que não existem condições de prestar apoio, suporte ou mesmo protagonizar esse cenário de preparar os índios efetivamente para a gestão integrada.

As estratégias da FUNAI nesse sentido consistem no fortalecimento da Comissão Nacional de Política Indigenista, como espaço de governança da política indigenista brasileira. Já foi preparado um projeto de lei que transforma essa comissão em um conselho nacional de política indigenista, com caráter deliberativo e consultivo a exemplo do CONAMA. Também, está sendo preparado o processo para a realização de um concurso publico em 2008, uma agenda social indígena (2008-2010) e uma nova estrutura organizacional.

Adicionalmente, prepara-se a implantação do SIGATI, que um sistema integrado de gestão ambiental de terras indígenas. Está constituído por 4 programas que integram ações do PPA:

- programa de proteção territorial e ambiental
- programa de gestão territorial e conservação da biodiversidade
- programa de prevenção e controles de impactos étno-ambientais
- programa de planejamento, acompanhamento e avaliação

O SIGATI é gerido pela Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente e a execução é integrada e descentralizada, realizada pela FUNAI, parceiros governamentais, não governamentais e as comunidades indígenas. É financiado pela União, pela renda indígena e pela cooperação internacional.

As prioridades da FUNAI para os próximos anos são a implantação do SIGATI, a regulamentação do componente indígena no âmbito do licenciamento ambiental (a questão da oitiva que é prevista na própria Constituição para o aproveitamento de recursos hídricos e minerais), a regulamentação do turismo, a capacitação dos técnicos da FUNAI, de indígenas e de parceiros para essa política de gestão ambiental em terras indígenas, o estabelecimento de mecanismos de sustentabilidade econômica, o estabelecimento de parcerias e a construção de um projeto de proteção, recuperação, conservação e uso sustentável da biodiversidade em terras indígenas, para financiamento pelo GEF.

Estão sendo firmados acordos de colaboração com as secretarias estaduais do meio ambiente para gestão de terras indígenas. As terras indígenas estão recebendo recursos de compensação ambiental decorrentes de ações mitigatórias ou compensatórias do licenciamento ambiental, na ordem de mais de 30 milhões de reais, além dos recursos da cooperação técnica e financeira.

3.4 O desafio da gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação. Dan Pasca. Consultor da GTZ na FUNAI

A partir de um estudo solicitado pelo ARPA para mapear e analisar as sobreposições entre unidades de conservação e terras indígenas, identificando os problemas, conflitos e oportunidades das terras indígenas, surgiu a questão da gestão compartilhada. Por outro lado, o foco da Funai para os próximos anos, alem de terminar a demarcação, é a gestão territorial e ambiental com integração entre as ações de varias instituições, ONGs e cooperação técnica. Por outro lado, destaca-se que a Política Nacional de Áreas Protegidas tenta reintegrar as terras indígenas ao SNUC, porque ficaram de fora do SNUC por razões institucionais e não técnicas.

Na pratica existe a co-gestão da dupla afetação, que nos últimos anos foi instalada por decreto para melhorar o entendimento entre os vários setores que atuam com áreas protegidas, não só no âmbito das sobreposições mas também de áreas vizinhas. Alguns exemplos de co-gestao são: o PN Pacás Novos e a TI Uru-eu-wau-wau; a TI Raposa Terra do Sol sobreposta ao PN Monte Roraima; a Ilha do Bananal; e o PN Monte Pascoal, na Bahia, onde a partir de situações difíceis foi possível com todas as limitações existentes superar parte dessas dificuldades e inventar alguns instrumentos de co-gestão.

Os desafios para a integração da gestão no âmbito da comunicação intercultural são:

1. Entender a lógica de cada ator, os valores diferentes de cada povo e de cada sociedade;
2. Pensar em uma estratégia de comunicação com os índios, entendendo a diversidade enorme que tem os povos indígenas e, às vezes, dentro de uma mesma terra, visões que existem em aldeias e problemas de representatividade.
3. Entender que cada um tem o seu discurso e que se deve respeitar o discurso, os rituais, até mesmo os rituais de conflito dos povos indígenas. A lógica indígena é diferente da lógica dos cientistas e dos técnicos. Mesmo depois de brigas, existe o momento onde é possível construir conjuntamente um futuro comum. É necessário ser tolerante e aceitar que os índios têm o direito de ter um discurso errático, pouco lógico ao nosso entender.
4. A representatividade, no caso de UCs já é um pouco difícil, considerando os chefes de parques, alguns analistas ambientais, as instituições estaduais, federais e tantas outras. No caso das terras indígenas pode ser ainda mais complicado definir representantes, pois em uma terra indígena podem estar vários povos e diversas aldeias e não há um sistema político centralizado, nem de tomada de decisão e nem de política para fora. Não é fácil identificar qual representante indígena que deve ser convidado para compor o conselho ou para participar de planejamentos. Com relação a FUNAI, era comum mandar um técnico com pouca experiência e com nenhuma capacidade de decisão, sendo apenas um observador para relatar com sua visão particular e limitada. A FUNAI agora se reorganiza para atender melhor a esta participação.
5. É necessário se preparar para dialogar e expor as lógicas de integração e não desistir diante das dificuldades de comunicação, principalmente. Considerando que cada aldeia pode ser autônoma, se uma aldeia concorda com um dialogo a outra pode não concordar, se uma aldeia concorda hoje com o dialogo, no ano seguinte ela pode não concordar mais, alem de outras situações diferentes.
6. Ser participativo também não é simples para os indígenas. Uma questão complicada para os índios é a profusão de demandas das organizações indígenas para participar, acompanhar e se posicionar em relações a debates complicados, como mosaicos, mudanças climáticas, biodiversidade, etc. Para poder acompanhar e difundir até as bases precisa de tempo e de ações de capacitação. Também as instituições indígenas têm carências institucionais e de capacitação técnica.

Finalmente, salienta-se a importância do tempo (paciência), informação, persuasão e, sobretudo capacidade de comunicação intercultural para se fazer uma gestão de mosaico.

3.5 Definições conceituais de mosaicos, corredores e reservas da biosfera. María Olatz Cases. Consultora da GTZ

O objetivo desta apresentação é analisar os conceitos de mosaico, corredor e reserva da biosfera. Para isso, primeiramente se expõem as semelhanças e diferenças encontradas de acordo com a legislação (Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, aqui denominada Lei SNUC, e o Decreto n° 4.340, de 22 de agosto de 2002, aqui denominado Decreto SNUC) e, seguidamente, as observações feitas sobre estas figuras na Oficina de Consulta sobre Metodologias de Gestão de Corredores Ecológicos no Brasil, em novembro de 2006, de acordo com o trabalho que se vem desenvolvendo em corredores, mosaicos e reservas.

De acordo com o disposto na legislação, existem semelhanças na formação do mosaico e da reserva da biosfera, já que ambas estão formadas por unidades de conservação[1] (arts. 26 e 41, § 3°, Lei SNUC). Entretanto, as unidades de conservação do mosaico precisam estar próximas, justapostas ou sobrepostas (art. 26, Lei SNUC), o que não foi especificado para a reserva da biosfera. A reserva da biosfera será ordenada em área-núcleo, zona de amortecimento e zona de transição (art. 41, § 1°, Lei SNUC), o que não foi especificado para o mosaico. Na reserva, as áreas-núcleo são destinadas à proteção integral da natureza (art. 41, § 1º, Lei SNUC), pelo que, na prática, as áreas-núcleo são unidades de proteção integral. O corredor diferencia-se do mosaico e da reserva na sua formação, de acordo com o disposto na lei, pois ele é uma porção de ecossistemas ligando unidades de conservação (art. 2º, XIX, Lei SNUC), ou seja, ele é um conector ou uma ponte entre UCs. Todas as categorias de manejo poderão estar interconectadas por corredores ecológicos, salvo ÁPA e RPPN (art. 25, Lei SNUC).

Os objetivos do mosaico e da reserva da biosfera também são muito semelhantes (proteção e desenvolvimento sustentável), mas os objetivos da reserva da biosfera foram mais bem detalhados que os do mosaico (arts. 26 e 41, Lei SNUC). Os objetivos do corredor são outros. O corredor possui objetivos específicos de possibilitar o fluxo gênico e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (art. 2º, XIX, Lei SNUC).

Quanto à forma de reconhecimento, o mosaico e o corredor são reconhecidos em ato do MMA (arts. 8° e 11, Decreto SNUC) e a reserva da biosfera pelo Programa Intergovernamental "O Homem e a Biosfera – MAB" (art. 41, § 5°, Lei SNUC).

Em relação com a forma de gestão, também há semelhanças entre o disposto para o mosaico e para a reserva da biosfera. A gestão do mosaico e da reserva da biosfera deve ser integrada e participativa (arts. 26 e 41, caput, Lei SNUC) e é feita mediante um conselho para ambas figuras (art. 9°, Decreto SNUC e art. 41, §4°, Lei do SNUC). Entretanto, o conselho do mosaico é consultivo (art. 9°, Decreto SNUC) e o conselho da reserva da biosfera é deliberativo (art. 41, §4°, Lei do SNUC). Porém, a principal diferença legal está nas funções de ambos conselhos. O conselho do mosaico tem a função de atuar como instância de gestão integrada das unidades de conservação que o compõem (art. 9°, Decreto SNUC) e poderá propor diretrizes para compatibilizar, integrar e otimizar as atividades desenvolvidas em cada UC, especialmente, os usos na fronteira entre UCs, o acesso às UCs, a fiscalização, o monitoramento e avaliação dos PM, a pesquisa e a alocação de recursos advindos de compensação ambiental, e a relação com a população (art. 10, inciso II, Decreto SNUC). O conselho da reserva da biosfera poderá elaborar planos de ação, com prioridades, metodologias, cronogramas, parcerias e áreas temáticas de

[1] Salienta-se que, a possibilidade de formar mosaicos com outras áreas protegidas desapareceu com a regulamentação da Lei do Snuc, mediante o Decreto n° 4.340/2002, que claramente trata sobre mosaico de unidades de conservação, em seus arts. 8° a 11.

atuação, de acordo com os seus objetivos, e projetos pilotos em pontos estratégicos (art. 44, incisos III e IV, Decreto SNUC). A legislação não detalha a forma de gestão do corredor, nem estipula a figura de conselho do corredor ou de plano de manejo, mas determina o seguinte em relação com a gestão e o ordenamento do uso:

- os corredores ecológicos integram os mosaicos para fins de sua gestão (parágrafo único, art. 11, Decreto do SNUC);
- é possível estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e uso dos recursos do corredor no momento da criação da UC, ou posteriormente (art. 25, § 1º e 2º, Lei SNUC);
- o plano de manejo da UC deve abranger a área dos corredores (art. 27, § 1°, Lei SNUC);
- o conselho da UC se deve manifestar sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto no corredor (art. 20, VIII, Decreto SNUC).

Portanto, no plano legal existem semelhanças na formação, gestão e objetivos do mosaico e da reserva da biosfera, com algumas diferenças em relação com a estrutura de gestão e a função de seus conselhos. Já os corredores se diferenciam claramente dessas figuras no plano legal, por sua formatação como conectores de unidades de conservação, com objetivos diferenciados e com gestão vinculada ao mosaico ou às unidades de conservação que estão interligando.

A análise realizada pelos técnicos que trabalham com essas figuras mostrou que na prática os objetivos que se perseguem e as ações que se implementam são muito similares nos três casos. Inclusive, em ocasiões essas figuras se sobrepõem, como a Reserva da Biosfera da Amazônia Central e o Corredor Central da Amazônia e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o Corredor Central da Mata Atlântica. Também, existem corredores que estão formados por áreas protegidas próximas e justapostas, ou seja, no formato de mosaico, como o Corredor de Biodiversidade do Amapá ou o Corredor Calha Norte da Amazônia. Como forma de diferenciá-los foi destacado que:

- O mosaico tem seu foco na gestão integrada para fortalecer as áreas protegidas. O corredor visa principalmente a restauração e manutenção da conectividade, a pesar de que também existem corredores cujo foco está no ordenamento territorial, o desenvolvimento econômico e o fortalecimento das áreas protegidas. Nesses corredores, há uma maior diversidade de atores.
- O mosaico é importante como fórum de discussão; já o corredor é um importante fórum executivo, mas houve muitos questionamentos quanto a este aspecto.
- O mosaico pode ser uma ferramenta para a formação dos corredores.
- Como não foi previsto uma figura legal de gestão para o corredor, na prática se utiliza a instância de gestão de outras figuras (por exemplo, da reserva da biosfera).

Analisando o corredor e a reserva da biosfera, foi observado que as diferenças e semelhanças não estão relacionadas nem com o tamanho nem com a distancia entre as unidades de conservação. Ambas estão formadas por mosaicos de paisagem com graus de conservação e proteção, são estratégias includentes de conservação e de desenvolvimento sustentável e são modelos de gestão integrada e de ordenamento territorial. Entretanto:

- Na reserva da biosfera, a área-núcleo deve ser necessariamente uma UC de proteção integral; quando se identifica no corredor uma área-núcleo, pode ser qualquer tipo de categoria de manejo.
- A reserva da biosfera possui relevância internacional e pode ter como apelo aspectos culturais e turísticos; o corredor tem apenas relevância local.
- A reserva da biosfera possui caráter de fórum; entretanto, o corredor requer a implementação de ações.
- Em relação com a estrutura de gestão, a reserva da biosfera já possui uma estrutura padrão, o corredor tem mais flexibilidade.

3.6 Mosaico do baixo rio Negro. Thiago Mota Cardoso do Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ.

O mosaico de unidades de conservação do baixo rio Negro foi contemplado pelo edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente, edital número 1 de 2005. As unidades que demonstraram intenção de adesão ao projeto são: a ESEC Anavilhanas, o PAREST Setor Sul e Setor Norte, as APAs Margem Esquerda e Direita do Rio Negro, a RDS do Tupé, o PN Jaú e a APA Tarumã. Nesse contexto territorial, recentemente foi implantado um programa de desenvolvimento sustentável do INCRA, em uma área de mais ou menos 4 milhões de hectares, além disso, está o desafio colocado pelo Funbio de incorporar dentro do mosaico a terra indígena Wamiri Atroari e a reserva extrativista do Unini. A área do mosaico vai estar constituída por um bloco grande de áreas protegidas nessa região, com 4 municípios e várias cidades, como Manaus, Iranduba, Manacapuru e Novo Airão; alem disso, existem cerca de 70 comunidades entre ribeirinhas e indígenas dentro dessa área. Do ponto de vista ecológico, o mosaico está formado por uma massa florestal bem conectada e, em termos sociais, existe uma diversidade cultural grande com populações ribeirinhas, indígenas e urbanas, com uma boa comunicação entre elas.

As principais ameaças socioambientais são:

a) em relação com o uso dos recursos: a exploração madeireira, a produção de carvão, a caça comercial, o conflito pesqueiro entre a pesca comercial e a ribeirinha e a mineração;
b) a expansão urbana e migrações para Novo Airão, Manacapuru e Manaus;
c) relacionadas com as políticas públicas: Políticas socioambientais, Gestão Participativa do Território (UC's), Alternativas Econômicas, Saúde e Educação;
d) Indefinição fundiária;
e) Patrimônio Arqueológico ameaçado;
f) Turismo desordenado;
g) Desvalorização dos territórios e saberes locais.

As potencialidades de desenvolvimento territorial são:

a) Biodiversidade: Pesquisa e monitoramento e Proteção e valorização;
b) Uso dos Recursos: Projetos com fibras e cipós (Novo Airão), Sistemas Agroflorestais, Meliponicultura, Artesanato em Madeira, Pesca, Pesquisa e Desenvolvimento e Manejo Florestal;
c) Articulação inter-institucional;
d) Sociedade Civil Organizada atuante: Sindicatos; Associações; ONG's; Fóruns; Conselhos;
e) Ecoturismo e Comunidades;
f) Saberes e práticas tradicionais.

A idéia de trabalhar no formato de mosaico surgiu entre 20/03/2004, através de diversas reuniões inter-institucionais (SEMMA; IBAMA; SDS/IPAAM; IPÊ; FAM; FVA; INCRA; FUNAI) no marco do Projeto Corredores Ecológicos. Nessa ocasião, foram realizadas várias expedições conjuntas às comunidades da margem esquerda do rio Negro e uma oficina sobre unidades de conservação. Em 2004, ainda no âmbito do Projeto Corredores Ecológicos, e com o apoio da GTZ, houve um Curso de Formação de Lideranças para essas comunidades. Em 2005/2006, se realizaram expedições às comunidades da margem direita do rio Negro e se organizou o Curso de Formação de Lideranças. Em julho de 2006 aconteceu a aprovação do projeto e em janeiro de 2007, se iniciaram as atividades.

A estrutura do projeto, com os seus objetivos, metas e atividades, é o seguinte:
Objetivo 1: Formar o mosaico de unidades de conservação do baixo Rio Negro, envolvendo os atores sociais na sua gestão;

Objetivo 2: Elaborar e implementar um Plano de Desenvolvimento Territorial do mosaico, contribuindo para implementação e consolidação do SNUC e CEUC-AM.
Meta 1. Elaborar e implementar o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Mosaico
Atividade 1.1 Caracterização e mapeamento socioambiental e institucional do mosaico, utilizando-se de metodologias participativas;
Atividade 1.2. Confecção, discussão e aprovação do Plano
Atividade 1.3. Organização Comunitária
Atividade 1.4. Elaboração de Planos de Negócios para Projetos Prioritários (ano 2)
Meta 2. Formação e gestão participativa do mosaico de unidades de conservação do baixo Rio Negro
Atividade 2.1. Mobilização dos atores sociais e realização de reuniões para formação do conselho (ano 1)
Atividade 2.2. Cartilha educativa sobre o mosaico
Atividade 2.3. Capacitação dos conselheiros em gestão participativa
Meta 3. Elaborar Banco de Dados Georreferenciado
Meta 4. Divulgação das experiências, mediante a publicação de artigos científicos e a realização de um vídeo documental.

As ações em andamento são:

- Proteção e fiscalização das UCs;
- Turismo: Ordenamento do Turismo (IPÊ;IBAMA;Setor Empresarial), Turismo e comunidades (INPA; SERPROR), Plano de Uso da RDS Tupé, Plano de Negócios PERN Setor Sul;
- Uso sustentável: Artesanato com madeira (FAM), Artesanato em fibras e cipós (AANA; FVA), Sistemas Agroflorestais (IPÊ e parceiros), Meliponicultura (IPÊ e parceiros), Acordo de Pesca do Baixo Rio Negro (Maquira-Rona e Parceiros);
- Pesquisas;
- Políticas Públicas: Implementação do PDS Cuieiras/Apuaú, ações apoiadas pelo Projeto Corredores Ecológicos, ARPA e Fundação Moore, a criação dos conselhos das unidades de conservação (EE; PERN Setor Norte) e o Fórum permanete de comunidades tradicionais do baixo rio Negro e do baixo rio Solimões - FOPEC.

Atualmente, os desafios do projeto são:

- Manejo de conflitos institucionais e socioambientais
- Incorporação da “idéia” de gestão em mosaico pelas comunidades, sindicatos, associações locais, etc;
- Diálogo entre os diversos conselhos das unidades de conservação do mosaico, além do conselho do Corredor Central da Amazônia e o conselho do mosaico;
- Sistematizar dados sobre o Mosaico
- Envolver a Terra Indígena Waimiri-Atroari e a RESEX Unini,
- Envolver a RDS Amaná - setor rio negro (sugestão colocada depois do seminário)
- Formalizar um espaço de ampla participação (envolvimento comunitário);
- Reconhecer a diversidade cultural e as “outras” territorialidades;
- Escassez de recursos e pessoal.

Os parceiros oficiais do projeto, que mostraram seu interesse mediante um termo de adesão, são: o Instituto Chico Mendes (EE Anavilhanas e PN Jaú), a SEMMA, a SDS, o IPAAM, o Projeto Corredores Ecológicos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão, a AANA, a APNA e o WWF-Brasil. Os parceiros não-formais são: a Associação PDS/INCRA, a GTZ, o ISA e a FVA. Em diálogo e interessados na participação no projeto são o INPA, o INCRA, a FUNAI, a AMORU, o Centro Holos e a Prefeitura de Novo Airão.

3.7 Bloco de conservação Juruena/Apuí. Marcos Roberto Pinheiro. WWF-Brasil

O WWF-Brasil é um dos principais parceiros do programa ARPA. Em 2006, o WWF-Brasil realizou um estudo sobre as áreas de investimento do programa ARPA, identificando seis grandes áreas da Amazônia onde concentrar os esforços de conservação, denominados blocos de conservação. O WWF-Brasil reforça o programa ARPA de forma complementar, fazendo investimentos nessas seis regiões da Amazônia. No Estado do Amazonas, existe parte de três blocos que o WWF priorizou: o baixo rio Negro, o bloco Juruena/Apuí (na linha da fronteira do estado) e na região do Acre (descendo o rio Purus).

Focando no bloco de conservação Juruena/Apuí, a atuação se centra nas unidades de conservação apoiadas pelo programa Arpa nesse setor: o PN do Juruena, mosaico do Apuí, o PN Campos Amazônicos, Igarapés do Juruena e o Jarú. A região do bloco está relativamente bem preservada ainda, inserida no ponto de contato do planalto cristalino brasileiro com a planície Amazônica tradicional. O bloco fica no meio da Transamazônica, da BR-163 Santarém e de uma malha rodoviária do Mato Grosso. Portanto, ainda é uma região de alta qualidade ambiental, muito pouco desmatada e com um potencial muito grande para a conservação. Nessa região, o ICV está encabeçando a proposta de formar o corredor da Amazônia Meridional, na tentativa de fazer uma barreira na parte sul da Amazônia para impedir o avanço da expansão agrícola, desde o rio Xingu ao rio Jarú.

O envolvimento do WWF-Brasil nessa região começou no processo de criação de unidades de conservação, a partir de apoio para realização da consulta publica e de uma expedição de campo, com quase 80 pessoas envolvidas, em parceria com o governo dos Estados do Amazonas e do Mato Grosso, o IBAMA e o ICV. A expedição foi o primeiro contato com a população local depois da criação do parque e também foi muito importante para a integração das equipes do Amazonas e Mato Grosso. Como resultados da expedição, se conseguiu a identificação de novas espécies, a ampliação da distribuição para outras espécies e um rico acervo de imagens e ampla divulgação na mídia. Como exemplo de indicador de sucesso, menciona-se que durante três dias consecutivos nessa expedição a palavra “Juruena” ficou em primeiro lugar de busca no Google.

Essa expedição também ajudou a identificar as grandes ameaças, oportunidades e os acessos do bloco, já que são 16 cachoeiras que fazem fronteira com o Amazonas e com o Mato Grosso; ou seja, existe um potencial turístico maravilhoso, mas, ao mesmo tempo, é uma região de garimpo muito grande. Logo depois dessa expedição, foi organizada uma oficina em Pirenópolis com o objetivo de construir uma visão compartilhada de conservação, usando a metodologia de identificação dos objetos de conservação e os fatores e as ameaças que estão em torno desses objetos de conservação. Uma vez feito esse modelo conceitual de visão compartilhada, foram priorizados cinco fatores para construir estratégias em torno deles. Os cincos fatores prioritários foram: a falta de fiscalização, a falta de ordenamento territorial, a ausência de capacidade técnica, a falta de oportunidade de geração de renda e a falta de educação ambiental.

A partir desse exercício, o WWF-Brasil estabeleceu uma parceria com o WWF-Alemanha para o financiamento das ações e algumas parcerias técnicas com o ICV, o IBAMA, a SDS e a SEMMA do Mato Grosso. Também se buscou apoio junto às prefeituras de Apuí-AM e de Apiacás-MT. As ações que foram priorizadas são:
- Apoiar no planejamento territorial, mediante a elaboração do plano de manejo do PN do Juruena, o planejamento estratégico do mosaico do Apuí e a criação de novas unidades de conservação, principalmente, no setor do noroeste do Mato Grosso;
- Construir infra-estrutura e sede compartilhada (casa de apoio) para aumentar a presença institucional na região;
- Apoiar a mobilização social e aumentar a consciência ambiental da região, com foco nos professores da rede publica de ensino;

- Apoiar a geração de renda no entorno das unidades de conservação, principalmente com a produção de óleos finos e biocombustiveis e na linha da agrofloresta (manejo florestal, pecuária orgânica e apicultura);
- Produtos de comunicação, para chamar atenção e captar recursos.

Para o plano de manejo do PN do Juruena, foi realizada uma parceria com o ICMBio e o ICV. Inicialmente, foi organizada uma oficina de planejamento para preparar a elaboração desse plano. Também, serão organizadas pelo ICMBio oficinas de diagnostico participativo em cinco municípios, serão realizados estudos de campo pelo ICV e, posteriormente, será organizada uma oficina de planejamento para identificar as estratégias de ação. No mosaico do Apuí, foi realizada uma parceria com a SDS e o INPA. A primeira estratégia para fazer o plano do mosaico do Apuí é realizar o debate conceitual sobre gestão de mosaico. O segundo passo é contratar uma consultoria para fazer a síntese do conhecimento existente da região. Depois, serão promovidos dois estudos de campo na RDS Bararati, em parceria com o pessoal que trabalha no PN Juruena, e no parque estadual do Guariba, em parceria com o pessoal do PN Campos Amazônicos.

O plano de fiscalização integrada do bloco apresenta um potencial muito grande de implementação já que cinco dessas áreas recebem financiamento do ARPA. A proposta é a integração dos POAs de 2008, articulando outras instituições como o SIPAM, a ABIM, o Comando Geral da Amazônia, a FUNAI, as superintendências do INCRA dos três Estados e de Brasília, as secretarias estaduais, as secretarias municipais, a Força Aérea Brasileira, Policia Federal, Corpo de Bombeiros, Capitania dos Portos, Policia Civil e Polícia Militar. Também deverá ser estabelecida a estrutura de coordenação e acompanhamento do sistema de controle, formada por:

- uma comissão de coordenação e acompanhamento do plano;
- a central de operações;
- os postos de fiscalização e vigilância
- a rede de agentes ambientais voluntários; e,
- as assembléias de acompanhamento, em cada setor.

Com esse desenho, consegue-se ter uma capilaridade significativa de fiscalização na região, com a participação da sociedade local e com canais de debate.

Na linha das atividades com os professores, no Apuí foi estabelecida parceria com o INPA e a SDS para organizar oficinas de capacitação de professores em atividades pedagógicas envolvendo biologia e ecologia. Em Apiacás, foi preparada uma cartilha sobre meio ambiente, com a história de Apiacás e suas áreas protegidas e será organizada uma oficina de formação de educadores ambientais.

Na linha de geração de renda, foi iniciada parceria com a UFMT para desenvolver um projeto de biodiesel em Apiacás, a pesar dos receios do ponto de vista ambientalista de fomentar uma atividade que promove uma monocultura e o aumento do desmatamento. Entretanto, os parceiros da UFMT redirecionaram o projeto para a produção de óleos finos e secundariamente de biocombustível. Agora, o projeto trabalha com cupuaçu, aproveitando-se a polpa de frutas, a glicerina para fazer sabonete, o óleo fino para biocombustível e a torta resultante do processo para a pecuária.

E, por ultimo, foi construída uma relação com o ICV e com o governo do Estado para promover os negócios relacionados com a agrofloresta, principalmente, o manejo florestal, comunitário e empresarial, a pecuária orgânica, a apicultura, a marceneria (mediante uma oficina-escola de marcenaria no Apuí), a piscicultura e o turismo.

3.8 Implementação de Programas em Mosaico: experiências para o primeiro ano do monitoramento de quelônios em UCs do Médio Juruá. Carlos Eduardo Marinelli. SDS/Probuc.

O mosaico do Médio Juruá está constituído pela RDS do Uacari e a RESEX do médio Juruá, junto com a TI rio Bia e a TI Deni, ocupando cerca de 3 milhões e meio de hectares. A situação atual do conhecimento e das condições sobre quelônios e conservação e monitoramento na Amazônia apresenta alguns problemas específicos nessa área, como:

- Práticas participativas insuficientes, o que gerou três problemas principais:
  - vigias de praias atuando como monitores;
  - paternalismo e troca de interesses na vigilância dos tabuleiros, uma vez que o sistema esta fragilizado, os vigias acabam trocando a retirada de bicho de casco por outros tipos de material que tenham interesse; e,
  - problemas e falta de sistematização no manejo dos tanques.
- Desconhecimento das rotas de reprodução e migração;
- Ausência de analise integrada e aplicação dos resultados gerados, quando já existe o conhecimento dessas regiões.

Como conseqüência, os comunitários desacreditaram na proposta, já que eles não vêem aquilo sendo aplicado para suas demandas; as atividades ilícitas continuaram sendo praticadas pelos próprios vigias, devido à falta de outras fontes de renda; e, houve a redução na nidificação, em virtude da presença de gado, animais domésticos, pesca de arrasto na frente dessas praias. Toda essa situação resume-se em desconhecimento e pseudo-envolvimento, o que leva a que não existam subsídios para aplicação no manejo e acaba havendo um aumento nas ameaças desse grupo.

O Probuc pretende fazer um monitoramento de ameaças, especificamente, para monitoramento de quelônios. O monitoramento de quelônios será realizado com os objetivos específicos de monitorar espécies usadas e com potencial de uso pelas comunidades locais e monitorar as espécies ameaçadas e espécies-bandeira. Existe a necessidade de monitoramento sempre pensando nas ameaças que são impostas aos objetos de conservação, no caso os quelônios. Portanto, é necessário conhecer o que está acontecendo e fazer com que essas informações sejam traduzidas para programas de proteção e manejo, reduzindo essas ameaças, e informações estratégicas para a gestão de unidades de conservação.

O programa é desenvolvido pela equipe técnica do Probuc e pelos pesquisadores que trabalham mediante acordos de parceria, cada um com funções diferenciadas. A equipe técnica da SDS não é o executor, é apenas um integrador das informações. Os pesquisadores podem atuar junto ao programa conforme o interesse de suas pesquisas. Por outro lado, existe o envolvimento das populações locais, os moradores da UC, os agentes ambientais e os comunitários monitores.

Um exemplo positivo da implementação do programa é o treinamento dos monitores, realizado em 2006. O treinamento foi estruturado em duas fases, a primeira de nivelamento geral, com aulas teóricas focadas nos objetos de conservação e outros temas pertinentes, e a segunda com parte prática, específica sobre quelônios. Exemplos das atividades que são desenvolvidas na pratica são: biometria, marcação, monitoramentos de ninhos e reconhecimentos dos habitats. O projeto também desenvolveu atividades de educação ambiental com as crianças e mapeamento participativo, levantando o nome do ambiente, o tipo de ambiente, a quantidade média, as espécies, informações sobre a pesca comunitária, as áreas de soltura, dentre outros. Dessa forma, conseguiu-se um conjunto de informações para traçar propostas de programas de proteção.

Os principais resultados benéficos do treinamento para os comunitários foram a maior integração entre os comunitários, o intercambio e integração do conhecimento, a qualificação e aumento da sensibilização, o conhecimento e as novas oportunidades, no caso, a compensação financeira para 18% das famílias, e as oportunidades de atuar nos próximos projetos.

Todos os protocolos para monitoramento de ninhos e para monitoramento de nascimento de filhotes foram ajustados na linguagem popular. Outro ponto positivo é a interação entre o monitor de tabuleiros e quelônios com o recenseador, já que o recenseador levanta informações sobre o uso daquele recurso. Uma vez levantadas as informações pelo monitor de tabuleiro e pelo recenseador, é possível identificar propostas preliminares de manejo.

Em relação com os custos do monitoramento, nesse primeiro ano de programa a compensação é no valor de R$300,00 numa cesta básica mensal, a qual será entregue alternativamente pela SDS e pelo IBAMA, a cada mês. Os custos com equipamentos para atuação desses monitores foram cobertos pela SDS. Todos os monitores do tabuleiro da RESEX receberam material e participaram do treinamento.

Algumas percepções importantes sobre o que não deu certo no primeiro ano do programa são:
1. A distribuição das cestas básicas, já que são dez tabuleiros com três monitores cada um, totalizando trinta monitores que recebem duas cestas básicas, em torno de 40 kg. Todo totaliza quase 2 toneladas. É um desafio operacional transportar isso todos os meses;
2. Ações operacionais difusas, já que existem equipes da SDS e do IBAMA, sem definição clara sobre os papéis de cada um;
3. Equipe pequena, que no caso da SDS, vai ser reforçada em breve.

Quanto aos avanços conseguidos, destaca-se:
1. Iniciativas de parcerias, facilitadas pela interlocução e o conhecimento pessoal entre os técnicos;
2. Divisão de compromissos sobre o uso dos recursos financeiros;
3. Treinamento integrado e troca de experiência entre os comunitários muito positiva;
4. Intercambio de experiências;
5. Aumento do numero de monitores por tabuleiros, com três monitores por tabuleiro, o que permite o revezamento e que os monitores possam se dedicar a outras atividades;
6. Aumento do interesse no reconhecimento de tabuleiros dos moradores de outros tabuleiros.

Resumindo, o que não deu certo foi devido à ausência de um plano de trabalho e o que deu certo levou à aproximação entre os diferentes níveis de instituições, governamentais e não governamentais. Os próximos passos são: realizar uma analise dos resultados do primeiro ano para, depois, levantar as forças e as dificuldades e identificar formas de ajustar as dificuldades. As próximas UCs de implementação desse componente são o PAREST Rio Negro - setor norte, a RDS Piagaçu-Purus. Os desafios que devem ser superados são:
1. A busca de outras experiências, como mosaicos, manejo e pesquisas;
2. Experiências de aproveitamento legal desses recursos, como o aproveitamento e comercialização das ovas desses quelônios;
3. Construção de normalizações para manejo;
4. Integração de informações e coordenação operacional;
5. Organização de um Plano de Trabalho;
6. Valorização do envolvimento comunitário, mostrando para os comunitários a importância de seu envolvimento;
7. Busca por garantia de manutenção de compensações que os comunitários recebem e para operacionalização do programa;
8. Servir como referencia para o corredor e o mosaico.

3.9 Plano de Proteção do Médio Rio Juruá. Guillermo Estupiñan. SDS.

A área de abrangência do plano contempla a RDS Uacari, a RESEX do Médio Juruá, a terra indígena Biá, a terra indígena Deni, a RDS Cujubim e uma outra terra indígena representando um bloco muito grande de conservação. Embora não exista conectividade nessa região, o deslocamento é feito até o rio Jutaí para chegar ao Cujubim.

Os planos de proteção surgiram dentro do âmbito do ARPA desde 2005 com o formato de uma planilha, com dados gerais da UC, acesso, ameaças e necessidades, sem contemplar um orçamento, o qual é elaborado diretamente nos POAs. Entretanto, no ano passado e no começo deste ano surgiu a necessidade de elaborar um plano mais detalhado, com orçamento discutido e melhor elaborado. Na época, o IPAAM, e hoje o CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação elaboraram uma proposta de texto, o qual está sendo compartilhado com a consultora do ARPA para estabelecer um modelo final de plano de proteção para as unidades de conservação.

No médio rio Juruá, o plano de proteção está sendo elaborado na perspectiva de mosaico. Inicialmente, são levantadas as áreas críticas ou ameaçadas para depois identificar a estrutura de apoio. Na RDS Uacari existe uma casa de apoio, um centro de treinamento e algumas voadeiras. Esta estrutura é utilizada nas atividades de monitoramento, pesquisa e gestão da unidade, não somente pelo órgão estadual, mas também por associações e outros parceiros, como o IBAMA, para um curso de agente ambiental voluntário.

Os recursos humanos disponíveis é uma questão complexa tanto no nível federal, com o Ibama e o Instituto Chico Mendes, quanto no estadual, com o Ipaam e o CEUC. O Ipaam sofreu uma readequação interna que reduziu muito o número de fiscais disponíveis para essas missões, dificultando sua realização. Também há deficiências na capacitação dos fiscais.

Os recursos financeiros são uma necessidade constante. Para essa região do médio rio Juruá existe um orçamento para cada missão de dez dias com mais ou menos oito pessoas de R$ 15.000,00, incluindo combustível, aluguel de barco e outros custos. Atualmente, estes custos são divididos com o Ibama. No caso do Ibama, a reserva do médio rio Juruá tem recursos do Projeto Corredores Ecológicos.

O plano de proteção apresenta várias estratégias de fiscalização. Primeiramente, pretende-se estabelecer agentes ambientais voluntários. Existe o programa de agente ambientais voluntários do IBAMA e o Estado do Amazonas está criando o programa de agentes ambientais voluntários estadual. O programa estadual capacita e credencia os agentes e dá o apoio e acompanhamento que é necessário para a atividade. O agente ambiental voluntário exerce um papel, na visão do Estado, mais voltado para ser um educador ambiental, ou seja, aquela pessoa que tem o papel de levar alguma informação necessária, ao contrario de reprimir, evitar que aconteça o delito, o crime ambiental.

Outra estratégia em caráter experimental, são os agentes de defesa ambiental, que seria mais ou menos como um guarda parque, para exercer uma função, dentro da reserva, de apoio, organização comunitária e um pouco da logística, também tendo seu papel fundamental no apoio à proteção.

A política de ocupação dentro da unidade de conservação também deve ser tratada no plano de proteção e discutida com os moradores. Os moradores estão preocupados com a elaboração do plano de manejo, pois a perspectiva do aumento da renda poderá atrair mais pessoas dentro da reserva. Então, os moradores vão discutir suas próprias regras, para a reserva como um todo, para cada comunidade ou para cada setor. É importante saber e conhecer as regras de ocupação para monitorar como está acontecendo.

As campanhas educativas orientadas para os objetivos da unidade também se incluem no plano de proteção. Entretanto, é necessário que a instituição estadual construa uma visão mais clara da educação ambiental que se deseja para as unidades de conservação e de como se trabalha para atingir os objetivos, não somente, de proteção e fiscalização e sim o objetivo da implementação da reserva.

O plano de utilização[2] e o plano de gestão/plano de manejo são necessários para a unidade. O plano de utilização é um documento que estabelece o zoneamento e as normas de utilização, e boa parte dele é absorvido dentro do plano de gestão da reserva. Alguns elementos do plano de utilização são próprios da comunidade, por exemplo, as punições ou assuntos das associações comunitárias. Na região do médio rio Juruá, o plano de manejo de recursos pesqueiros está sendo finalizado e existe a possibilidade de elaborar o plano de manejo para quelônios e o plano madeireiro. Cada um desses planos apresenta uma serie de normas necessárias para a proteção dessas unidades.

Para a proteção da unidade serão necessários postos de fiscalização, postos de apoio e uma pequena base flutuante localizada nos extremos da reserva, que possa ser ocupada ou pelos agentes ou pelas equipes de fiscalização quando precisem se deslocar na comunidade. E, também, e necessária a realização de parcerias. No caso da fiscalização, existe uma parceria forte com o IBAMA, parcerias com governos municipais e as organizações da sociedade cível, como as associações de produtores de Carauari – ASPROC, a AMARU e o Conselho Nacional do Seringueiros – CNS.

Por outro lado, os monitores de biodiversidade, do sistema de monitoramento mencionado na palestra anterior, têm um processo de coleta de informações fundamental nas ações de monitoramento voltada para o manejo. É necessário não misturar monitoramento com fiscalização, pois no momento que eles fornecem uma informação, sobre o local de pesca do pirarucu, o local de caça de uma onça ou outra atividade ilegal, eles entregam sua confiança ao monitor para registrar essa atividade e não deve ser utilizada para a fiscalização, pois essas informações são muito importantes para o monitoramento da biodiversidade.

O texto final do plano de proteção está sendo analisado; também, será realizada uma oficina de discussão no âmbito do ARPA para conclusão do modelo final do plano de proteção e, assim, poder elaborar outros planos de proteção do mosaico.

[2] O plano de utilização é uma ferramenta que entra de forma paliativa enquanto o plano de manejo da reserva não é elaborado. No Estado, o plano de manejo é denominado plano de gestão.

3.10 A Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas no Amazonas. Uma visão institucional. Rita Mesquita. Coordenadora SDS/CEUC

A visão institucional da gestão de mosaicos de áreas protegidas no Estado do Amazonas passa por um universo muito amplo de atores e programas em diferentes esferas de entendimento, como a SDS, o IPAAM, o novo Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC, o Programa Zona Franca Verde, o Projeto Corredores Ecológicos e a Rede de Conservação do Amazonas. Portanto, existem muitos atores envolvidos na construção dessa visão.

A lei do Sistema Estadual de Unidades de Conservação considera o mosaico de unidades de conservação no seu artigo 32 nos mesmos moldes do que a lei federal, apenas dando mais ênfase na otimização da gestão. O seu § 1° estipula que:

> "A viabilidade da gestão do conjunto será avaliada pelo Órgão Central e deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a conservação da diversidade biológica e da sócio-diversidade, a valorização dos serviços ambientais, os recursos ambientais e produtos florestais e o desenvolvimento sustentável no contexto regional".

Portanto, o mosaico ficou muito restrito à esfera das áreas estaduais então, seria o mosaico composto de unidades estaduais. Entretanto, isso será a primeira estância de análise, antes de ser submetido a uma instância maior, que seria no caso o MMA, quando os mosaicos envolverem outras esferas e terras indígenas. De acordo com o § 2º, cada mosaico deverá dispor de um conselho consultivo, devendo o regulamento desta lei dispor sobre a forma de gestão integrada do conjunto das unidades de conservação.

A Rede de Conservação do Amazonas extrapola as unidades de conservação, passando por entidades e instituições que, não necessariamente, estão diretamente relacionadas à unidade de conservação. Portanto, na visão institucional do Estado do Amazonas, os mosaicos envolvem unidades de conservação de todas as esferas, terras indígenas e reservas particulares. De forma preliminar, foram identificados oito mosaicos no Estado do Amazonas. O conjunto de áreas protegidas do Amazonas tem muitos mosaicos e, inclusive, alguns mosaicos são contínuos, como o mosaico do rio Negro com as unidades do Solimões. O mosaico do Apuí é um caso extremamente interessante porque foi conduzido pela SDS no âmbito do zoneamento ecológico-econômico ecológico, com unidades estaduais e federais.

O desafio é construir uma linguagem comum, o que está sendo realizado com apoio de alguns parceiros na capacitação de multiplicadores. Foi realizado um curso para 130 professores da rede municipal de ensino do Apuí para esclarecimento sobre as unidades de conservação. Foram trabalhados alguns conceitos como unidade de uso sustentável, unidade de proteção integral e também como um repasse de informações sobre as atividades da SDS. Também, foi elaborada uma cartilha educativa que reúne os resultados do programa de conservação com o programa de gestão ambiental do PGAI. Outro exemplo foi o curso de professores de Carauari que foi feito pela nossa equipe do Probuc para esclarecer, explicar e ajudar na construção de conceitos sobre o programa de monitoramento da biodiversidade.

Outra atividade é o Programa de Agentes Ambientais Voluntários do Estado, com cerca de 200 agentes sendo reciclados ou formados. E, por último, os pesquisadores atuando em gestão de unidades de conservação, com a integração de equipes técnicas, de organizações parceiras, de ONGs, de instituições de pesquisas.,

O Probuc é outro instrumento para a gestão das unidades de conservação onde a tecnologia de ponta é repassada à sociedade, com aulas teóricas e práticas sobre geografia e clima, dinâmica da floresta amazônica, biodiversidade e manejo dos recursos naturais. Também são realizadas ações de controle ambiental, com orientações sobre boas práticas ambientais para as colônias de pescadores e os sindicatos de produtores rurais.

Hoje se trabalha com um cenário para 2012, com seis mosaicos construídos em unidades estaduais, mas o cenário para 2050 é mais desalentador, com uma grande área de desmatamento. Para deter o avanço do desmatamento, o IPAAM elaborou um plano de proteção, identificando áreas consideradas estratégicas para fiscalização e que demandam uma fiscalização integrada. Portanto, é muito importante que as unidades de conservação participem desse planejamento integrado e identifiquem os pontos estratégicos de fiscalização e a forma de integrar ações. A fiscalização integrada é um tema muito importante na discussão de mosaico e na integração de ações.

O mosaico do Nhamundá está sendo conformado pela necessidade de fazer uma readequação de limites do parque estadual Nhamundá, onde existem hoje 2 mil pessoas morando dentro e onde as análises de integridade de ecossistemas e grau de conservação não apontaram que a realocação ou reassentamento seria a melhor solução. Diante das analises de campo, foi concluído que seria necessário redefinir os limites do parque, reclassificando uma parte do parque como área de proteção ambiental, mas com uma proposta de criação de uma floresta estadual e outra unidade de conservação de proteção integral. Com esta proposta, se dobra a quantidade de área protegida em proteção integral e ainda formando-se um mosaico.

Outro mosaico ainda não constituído é o da ALAP, da BR 319, com 15 milhões de hectares, onde existem projetos de assentamentos agroflorestais e agroextrativistas. Nesses projetos de assentamento, a gestão é feita pelo órgão ambiental, pois o INCRA apenas cria e fornece os recursos para infra-estrutura e os créditos da reforma agrária. O órgão ambiental constitui os conselhos, os quais podem funcionar de forma parecida a unidades de uso sustentável. Existem situações semelhantes no rio Negro e na região do Piagaçu. Esses projetos de assentamentos são possibilidades de estarem compondo e integrando esses mosaicos.

Então, existem mosaicos já localizados, em construção e mosaicos que vão unificar submosaicos, como é o caso da ALAP.

Portanto, a visão do governo do Estado sobre os mosaicos incorpora as terras indígenas, as áreas privadas e os projetos de assentamento agroflorestais e agroextrativistas. O desafio é construir um marco conceitual legal que reflita essa visão de gestão.

4. RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

4.1 Mosaico do Baixo Rio Negro

Integrantes:
Sem registro.

Mapa:

Quais as áreas protegidas deste mosaico?

Áreas Protegidas	Conselho	PM	Instituições envolvidas
Resex do Unini	Não	Não	AMORU, AMOTAPI, FVA, APNA, ICMBio, Ibama, PM Barcelos, Liga das Ecopousadas, AMOVIM
PN Jaú	Sim	Sim	AMORU, AMOTAPI, PM Barcelos, Prefeitura Municipal de Novo Airão, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão, FVA, AOBT, ICMBio, Ibama
PE Rio Negro Setor Sul	Não	Em andamento	SDS/CEUC, IPAAM, IPE, ICMBio, Marinha, Polícia Federal, INCRA, IDAM, SEMMA, INPA/FEPI, Visão Mundial, SEPLAM...
PE Rio Negro Setor Norte	Em andamento	Em andamento	SDS/CEUC, IPAAM, FVA, IPE, ICMBio, Marinha, STRNA, IDAM, APNA, FUNASA,

APA Margem Direita do Rio Negro	Não	Não	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão, APNA, AANA, Colônia de Pescadores Z34, ICMBio, Ibama, FVA, IPE, SDS/CEUC, Holos, AOBT, ITEAM, Prefeitura Municipal de Novo Airão, FAM ...
APA Margem Esquerda do Rio Negro	Sim	Sim	SDS/CEUC, IPAAM, IPE, ICMBio, INCRA, SEMMA, Visão Mundial, SEPLAM...
EE Anavilhanas	Sim	Sim	SDS/CEUC, IPAAM, IPE, ICMBio, Polícia Federal, INCRA, Funai, UFAM, SEMMA, INPA, FAM, FVA, Maquira Rona, ...
RDS Tupé	Sim	Em andamento	IPE, ICMBio, FUNASA, SEMMA, INPA/Bio Tupé, ...
TI Waimiri Atroari	NA	NA	PWA e Funai
APA Tarumã/Açú e Mirim	Não	Não	

NA: Não aplicável

Análise do mosaico:

Vantagens da formação desse mosaico	• Desenvolvimento de ações conjuntas dos órgãos gestores e da sociedade civil; • Otimização e captação de recursos; • Fluência na comunicação.
Desvantagens da formação desse mosaico	• Sobrecarga de ações para as APs que já estão implementadas; • Fragilidade do conselho; • Mais reuniões, mais despesas.
Quais os requisitos para formar esse mosaico?	• Equipe técnica e/ou representação das APs; • Infra-estrutura mínima para funcionamento; • Interesse em compor o mosaico; • Reconhecimento legal; • Identidade social, econômica, cultural ou biológica.
Qual o processo necessário para reconhecimento desse mosaico?	a) Articulação e Planejamento conjunto institucional; b) Legalização (Decreto, Conselho ...).
Quais os mecanismos para a apropriação institucional deste mosaico no longo prazo?	• Oficinas, seminários, reuniões e divulgação (Instituições e comunidades) • Termos de Cooperação Técnica
Como será o conselho deste mosaico? (representatividade, competências, relação com outros conselhos)	<u>Representações chaves</u>: • Gestores das APs; • Representantes da sociedade civil por classe (grupo de interesse); • Gestores públicos; • Instituições públicas e investimentos do setor provado relevantes para a área. <u>Representação de conselho</u>: • Os conselhos já constituídos elegem representantes para o conselho de mosaico mais gestores das APs. <u>Modelo tradicional</u>

	• Constituído de representantes relevantes e com atuação no mosaico. Competência • O conselho deve ser consultivo para questões especificas de cada AP e deliberativo para questões referentes ao mosaico; • É desejável que seja paritário; • O fluxo de informação com os demais conselhos é de duas vias.
Quais as atividades podem ser implementadas no âmbito deste mosaico?	• Fiscalização; • Ações educativas, socioeconômicas, geração de renda, regularização fundiária, etc; • Pesquisa; • Captação de recursos; • Influencia de políticas públicas; • Resolução de conflitos de interesse do mosaico; • Outras.
Próximos passos	• Formar um grupo de trabalho de articulação (atualizar o processo iniciado em 2005); • Identificar novas APs e instituições para compor o mosaico; • Realizar oficina para nivelamento das informações e construção de diretrizes para compor documento de oficialização e plano de ação do mosaico.

Mosaico da Amazônia Meridional

Integrantes:
Sem registro.

Mapa:

Quais as áreas protegidas deste mosaico?

Áreas Protegidas	Conselho	PM	Instituições envolvidas
PN Juruena			
Mosaico do Apui,	Em formação	Em andamento	
PN Campos Amazônicos,			
PE Igarapés do Juruena			
RB Jaru			
FN Jatuarana			
FLOREST Tucumã			
EE Roosevelt			
Resex Guariba			
TI Mundurucu	NA	NA	Funai
TI Kaiabi	NA	NA	Funai
TI Rio Pardo	NA	NA	Funai
TI Igarapé Preto	NA	NA	Funai
TI Marmelos	NA	NA	Funai
TI Igarapé Lourdes	NA	NA	Funai

Instituições: ICMBio, SDS, SEMA, Funai, Ibama, Serviço Florestal, IPAAM, ICV, Pacto, WWF-Brasil.
NA: Não aplicável

Análise do mosaico:

Vantagens da formação desse mosaico	• Consolidar a gestão integrada contra avanço na barreira do desmatamento; • Intercâmbio de informação e otimização de financiamentos e recursos humanos na linha de fronteira; • Articular e fortalecer as estratégicas de implementação do corredor da Amazônia meridional, reconhecendo os objetos de conservação em comum e integrando ação de proteção e uso sustentável.
Desvantagens da formação desse mosaico	• Muita área, pouco pessoal e pouco dinheiro; • Vaidades institucionais e dificuldades de relação; • Dificuldade de agendas individuais e distância física das entidades.
Quais os requisitos para formar esse mosaico?	Requisitos: • Disposição institucional; • Comunicação entre os técnicos; • Responsável local. Critérios: • Área de atuação das entidades; • Padrão de dinâmica social; • Proximidade e logística; • Conectividade entre as APs; • Integração de ações na linha fronteira.
Qual o processo necessário para reconhecimento	a) Discutir com a diretoria das entidades (ICMBio, SDS, SEMA, Funai) a vontade de criar para compor o mosaico;

desse mosaico?	b) Reunir com tomadores de decisão + diretoria técnica com entidades (ação compartilhada); c) Indicar representantes para a construção (mediante ordem de serviço); d) Formalizar grupo de trabalho; e) Oficina de consolidação; f) Elaboração de documentos (por exemplo, carta de adesão).
Quais os mecanismos para a apropriação institucional deste mosaico no longo prazo?	• Termo de adesão, reconhecido pelo MMA; • Formalização do conselho do mosaico; • Controle pela sociedade civil; • Realizar plano de ação, estabelecendo atribuições.
Como será o conselho deste mosaico? (representatividade, competências, relação com outros conselhos)	• Conselho provisório com 9 representantes (1 FED MT, 1 EST MT, 1 ONG MT, 1 FED AM, 1 EST AM, 1 ONG AM, 1 FED RO, 1 ONG RO, 1 Funai); • Com a competência de integrar ações, impulsionar o grupo de trabalho, aprovar o plano estratégico, envolver outras entidades, analisar e validar o trabalho do grupo de trabalho, trabalhar a apropriação institucional (mais vantagens e desvantagens identificadas), oficina de fiscalização.
Quais as atividades podem ser implementadas no âmbito deste mosaico?	• Planejamento de pesquisa e conhecimento (banco de dados, integração de pesquisadores, pesquisa voltada para a gestão e o manejo); • Fortalecer grupo de trabalho e conselho provisório (2 oficinas); • Plano de fiscalização integrado (oficina, integração institucional, trazer os "peixes grandes”); • Plano de manejo (Jaru, Juruena, Mosaico Apui, Campos): focar programas e zoneamento.
Próximos passos	• Favorecer a integração política transfronteiriça; • Compartilhar e fomentar sistemas estaduais; • Pressionar programa ARPA para implementar da infra-estrutura local; • Realizar oficina de Pirenópolis II: segunda quinzena de março; • Realizar oficina de fiscalização: fevereiro; • Elaborar agenda do grupo de trabalho e formar conselho provisório.

4.2 Mosaico do Purus

Integrantes:
Cristina (Ibama/NUC, ICMBio/DIPI)
Thais (UFRJ)
César Haag (SDS/CEUC)
Eduardo Venticinque (WCS)
José Gurgel (IPI)
Claudia de Deus (IPI)
Guillermo Estupiñán (SDS/CEUC)

Mapa:

Quais as áreas protegidas deste mosaico?

Áreas Protegidas	Conselho	PM	Instituições envolvidas
TI Igarapé São João	NA	NA	Funai-RO/COIAB/CPT
TI Tauá-Mirim	NA	NA	Funai-RO/COAIB/CPT
TI Itixi- Mitari	NA	NA	Funai-AM/COIAB/CPT
TI Lago do Ayapuá	NA	NA	Funai AM/COIAB/CPT
RDS Piagaçu-Purus	Em formação	Em conclusão	SDS-CEUC/IPI/Prefeituras Municipais Tapauá, Beruri e Anori/SARES (mais no entorno)/INPA
RB Abufari	Não	Plano estratégico (1996)	Ibama/ICMBio/PM de Tapauá/CPT

NA: Não aplicável

Análise do mosaico:

Vantagens da formação desse mosaico	• Manejo integrado dos recursos naturais; • Otimizar proteção (fiscalização e monitoramento) e monitoramento de uso; • Aproximação de atores sociais para minimizar conflitos; • Integração de infra-estrutura e logística.
Desvantagens da formação desse mosaico	• Desgaste institucional e de recursos humanos.
Quais os requisitos para formar esse mosaico?	• Querer fazer parte do mosaico; • Estar sob influencia do rio Purus; • Comprometimento com a conservação das áreas; • Cooperação técnica formal entre as partes; • Continuidade/conectividade.
Qual o processo necessário para reconhecimento desse mosaico?	a) Sensibilização/Mobilização das instituições governamentais; b) Sensibilização/Mobilização dos parceiros; c) Realizar fórum/oficina com os principais envolvidos; d) "Eu Aceito" pelo gestor de fazer parte do mosaico e pelos demais membros; e) Formalização do processo com atas e documentos de aceite dos participantes indicando representantes.
Quais os mecanismos para a apropriação institucional deste mosaico no longo prazo?	• Reconhecimento legal dos procedimentos de criação e implementação dos mosaicos; • Reconhecimento legal dos procedimentos de criação e implementação dos conselhos de mosaicos; • Protocolos e caminhos processuais estabelecidos; • POAs específicos ou linhas orçamentárias para os mosaicos; • Carta de participação no mosaico ou termo de compromisso; • Reconhecimento nos planos de manejo ou gestão (considerando que os mesmos são aprovados pelo órgão gestor e pelo conselho deliberativo).
Como será o conselho deste mosaico? (representatividade, competências, relação com outros conselhos)	<u>Representatividade</u>: • Chefe da REBIO Abufari; • Gestor da RDS Piagaçu-Purus; • Representante de cada TI (4); • Funai; • Ibama; • INCRA • IPAAM; • 2 representantes da sociedade civil de cada UC (4) indicados pelo conselho onde tiver; • 4 representantes da sociedade civil ligadas às TIs; • 3 prefeituras municipais; • Rádio Cultura. <u>Competências</u> • Operacionalizar ações de proteção e monitoramento; • Estabelecer diretrizes voltadas para a melhor gestão do bloco; • Articular ações de manejo; • Identificar demandas que não estejam cobertas pelos POAs de cada área protegida;

	• Definir estratégias para captação de recursos quando necessário; • Garantir a realização das reuniões; • Elaborar seu regimento interno. <u>Relação com outros conselhos</u> • Representantes dos conselhos da UCs no conselho do Mosaico; • Fluxo de informação/pautas e deliberações efetivos; • Tornar público.
Quais as atividades podem ser implementadas no âmbito deste mosaico?	Atividades que estejam descritas nos planos de manejo e de gestão das várias APs membros do mosaico, desde que não firam a autonomia de área protegida.
Próximos passos	• RB Abufari: iniciar o processo de criação do conselho consultivo; • RB Abufari: iniciar o processo de elaboração do plano de manejo; • RDS Piagaçu-Purus: com plano de gestão aprovado; • RDS Piagaçu-Purus: com conselho deliberativo criado; • Reuniões com a Funai, SDS, IPAAM, ICMBio e parceiros; • Acompanhamento dos processos de implementação e criação das TIs e UCs; • Grande fórum para discussão/formação do mosaico; • Processo de consulta às instâncias deliberativas e consultivas; • Formalização do mosaico; • Criação de mecanismos de comunicação.

4.3 Mosaico do Solimões

Integrantes:
Cedric (CEUC/SEGA/SDS)
Suzy (CEUC/SEGA/SDS)
Márcia (GTZ)
Renato (MMA)
Aginaldo (GTA)
Sol (CEUC:SDS)
Leila (Resex Auati Paraná, ICMBio)
Helder (Resex Auati Paraná, ICMBio)

Mapa:

Quais as áreas protegidas deste mosaico?

1. Rio Juruá

Áreas protegidas	Conselho	PM	Instituições envolvidas
TI Deni	NA	NA	Funai, CIMI
RDS Uacari	Sim	Em andamento, previsto p/ Dez de 07	SDS
RESEX Médio Juruá	Sim	Em andamento	ICMBIO

NA: Não aplicável

2. Solimões

Áreas protegidas	Conselho	PM	Instituições envolvidas

RESEX Auati Paraná	Em formação	Em andamento	ICMBio
RDS Mamirauá	Sim	Sim, para a área focal de ação	SDS, IDS Mamirauá, IDS Fonte Boa
EE Jutaí	Não	Não	ICMBio
RESEX Rio Jutaí	Sim	Em andamento	ICMBio
TI São Domingos	-	-	-
TI Espírito Santo	-	-	-
TI Macarrão	-	-	-
TI Acapuri de Cima	-	-	-
TI São Sebastião	-	-	-
TI Auati Paraná	-	-	-
TI Mapati	-	-	-

NA: Não aplicável

Análise do mosaico:

Vantagens da formação desse mosaico	Rio Juruá: • Fiscalização mais efetiva; • Fortalecimento da organização social; • Integração de esforços na gestão de Programas de Geração de Renda; • Ampliação do raio de atendimento às famílias; • Otimizar a captação de recursos. Solimões: • Ampliar beneficiários de programas/ações implantadas nas áreas; • Otimização de recursos para proteção e fiscalização; • Fortalecimento da organização social e relações institucionais.
Desvantagens da formação desse mosaico	• Integração de agenda na gestão de processos; • Dificuldade de co-gestão da RDS Mamirauá (IDS Mamirauá e Fonte Boa); • Sobreposição de categorias de APs no mosaico.
Quais os requisitos para formar esse mosaico?	• Identificação de afinidades – alvo de conservação, acessos, problemas...; • Predisposição para atuar de forma integrada; • Logística favorável; • Conversas e entendimentos entre os interessados para criação do mosaico; • Entendimento prévio dos conselhos das UCs e dos povos indígenas na atuação em mosaico; • Conselho constituído em cada UC participante do mosaico.
Qual o processo necessário para reconhecimento desse mosaico?	a) Manifestação positiva do conselho de cada UC para participação do mosaico; b) Documento de intenção do mosaico, com justificativa para gestão em mosaico a partir das afinidades (para quê); c) Termo de adesão por AP envolvida assinado pela instituição responsável; d) Ficha técnica com informações de cada AP (decreto, área, ecossistemas, informações socioeconômicas, situação, planos...); e) Mapa da área com zoneamento, relação de instituições e contatos de cada área; f) Parecer jurídico de cada instituição envolvida no mosaico;

	g) Instrumento legal assinado pelas instituições responsáveis pelas APs.
Quais os mecanismos para a apropriação institucional deste mosaico no longo prazo?	• Elaboração de planos de trabalhos conjuntos; • Plano de trabalho de cada UC contempla recursos/atividades do mosaico; • Captação de recursos em nome do mosaico; • Projetos para o mosaico; • Boa comunicação entre conselho do mosaico e conselho de cada UC.
Como será o conselho deste mosaico? (representatividade, competências, relação com outros conselhos)	Representatividade: • Chefe de cada UC; • Representante(s) de cada TI; • Representante dos moradores de cada UC presente no conselho; • Representante governamental dos povos indígenas; • Poder público municipal; • Representante do setor privado; • Representante da co-gestão. Competências: • Discutir questões do mosaico; • Não sobrepõe os conselhos de cada área; • Elaborar plano de trabalho do mosaico; • Representação do mosaico; • Intermediar conflitos; • Fomentar intercâmbios e capacitações; • Fomentar publicações. Relação com outros conselhos: • Fazer a ponte de mosaico com outros conselhos: UC, Reserva da Biosfera/CCA.
Quais as atividades podem ser implementadas no âmbito deste mosaico?	Rio Juruá: • Monitoramento da biodiversidade; • Fiscalização e vigilância; • Fomento à produção, manejo e geração de renda; • Capacitações. • Regularização fundiária Solimões: • Geração de renda; • Manejo de recursos pesqueiros; • Fiscalização; • Capacitações. • Regularização fundiária
Próximos passos	

4.4 Mosaico das nascentes de Rondônia

Integrantes: Sem registro.

Mapa:

Quais as áreas protegidas deste mosaico?

Área protegida	Superfície (ha)	Conselho	PM	Instituições envolvidas	Equipe
PN Serra da Cutia	283.612	Sim	Sim	ICMBio, Kanindé, Rio Terra, Ecoporé	4
PN Pacaás Novos	764.801	Não	Em revisão	ICMBio, Kanindé, JUPAU	7
PE Guajará Mirim	216.568	Sem informação	Sim	SEDAM	
RB Rio Ouro Preto (Estadual)	46.438	Sem informação	Sem informação	SEDAM	
RB Traçadal (estadual)	22.540	Sem informação	Avaliação Ecológica Rápida	SEDAM	
Resex Rio Ouro Preto (federal)	204.583	Sim	Formação??	ICMBio, A. PRIMAVERA, OSR	2
Resex Rio Pacaás Novos (estadual)	342.904	Sem informação	Sem informação	SEDAM A. PRIMAVERA, OSR	
Resex Barreiro das Antas (federal)	107.234	Em formação	Não	ICMBio, A. PRIMAVERA,	3

				OSR	
Resex Cautário (federal)	73.818	Em formação	Plano de Uso Múltiplo	ICMBio, Ecoporé, AGUAPE	3
Resex Cautário (estadual)	146.400	Em formação	Plano de Uso Múltiplo	SEDAM, Ecoporé, AGUAPÉ	
TI Rio Negro Ocaia	104.064	NA	Diagnóstico socioambiental	Funai	
TI Uru Eu Wau Wau	1.867.120	NA	Diagnóstico socioambiental	Funai, Kanindé, CIMI, JOCUM	4
TI Pacaás Novos	279.906	NA	Diagnóstico socioambiental	Funai	
TI Sagarana	18.120	NA	Diagnóstico socioambiental	Funai	
TI Rio Guaporé	115.788	NA	Diagnóstico socioambiental	Funai	
TI Igarapé Lage	107.321	NA	NS ??	Funai	

NA: Não aplicável

Este mosaico possui uma extensão de 3.936.416 ha, está formado por 23 áreas protegidas e abrange 14 municípios: Campo Novo de Rondônia, Governador Jorge Teixeira, Mirante da Serra, Alvorada d'Oeste, São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé, Guajará-Mirim, Monte Negro, Cacaulândia, Seringueiras, Ouro Preto do Oeste, Costa Marques, Nova Mamoré e Urupá.

Análise do mosaico:

Vantagens da formação desse mosaico	Vantagens gerais: • Eficiência de gestão (recursos humanos e financeiros); • Multidisciplinaridade; • Fiscalização integrada (operações, fiscais); • Infra-estrutura compartilhada; • Força política; • Diminuição da borda; • Identidade territorial; • Materiais e atividades de educação ambiental conjuntas; • Consultorias compartilhadas. Vantagens específicas: • Monitoramento conjunto dos rios Pacaás Novos, Cautário, e parte dos rios Guaporé e Mamoré; • Reuniões de conselho conjuntas (Barreiro, Serra da Cutia e Cautário); • Conservação do grande bloco central de Rondônia; • Preservação de mais de 2100 nascentes das 5 maiores sub-bacias de Rondônia; • Consultorias conjuntas de plano de manejo Barreiro, Cautario e Pacaás.
Desvantagens da formação desse mosaico	• Diversas instâncias decisórias; • Comunicação e deslocamento complexos; • Interesses divergentes (plano de manejo madeireiro em Resex e etc.).

	Entraves: • Falta de disposição de alguns gestores para trabalhar em mosaico; • Política estadual anti-conservacionista; • Recursos humanos insuficientes; • Recursos financeiros para a implementação do mosaico.
Quais os requisitos para formar esse mosaico?	• Disposição institucional; • Recursos financeiros; • Recursos humanos.
Qual o processo necessário para reconhecimento desse mosaico?	a) Estabelecer visão uniforme no órgão ambiental federal; b) Ampliar a conversa para os outros envolvidos; c) Formalizar.
Quais os mecanismos para a apropriação institucional deste mosaico no longo prazo?	
Como será o conselho deste mosaico?	
Quais as atividades podem ser implementadas no âmbito deste mosaico?	• Fiscalização integrada; • Vigilância comunitária; • Elaboração de identidade visual; • Elaboração de material educativo e de divulgação; • Estudos e pesquisas integrados; • Ordenamento de projetos de produção comunitária; • Reuniões de conselho conjuntas.
Próximos passos	• Realizar reunião de planejamento das UCs federais – quarta 31/10/07; • Realizar fiscalização integrada na Serra dos Pacaás Novos – novembro; • Realizar diagnóstico e plano de gestão do mosaico; • Implementar levantamento de potencial de recursos pesqueiros do rio Pacaás Novos; • Preparar cartilha das unidades federais do mosaico.

4.5 Grupo das Diretrizes Estratégicas

Integrantes:
Dan (consultor Arpa)
Heloisa Dias
Iara Vasco (Funai)
Bonifacio Baniwa (FEPI)
Mariazinha Cordeiro
Rita Mesquita (SDS)
André (DIUSP)
Adriana (ICMBio)

Perguntas norteadoras:

1. **Regulamentação**
    a. Avaliação do órgão central (ponto positivo):
        i. Permite identificar áreas de interesse de criação de mosaicos
            1. Serão definidas em conjunto com os atores envolvidos
            2. Conjunto de áreas indígenas – discussão com elas e geridas pelos próprios índios
        ii. Critérios para elegibilidade de áreas
            1. Terras indígenas
                a. Terras pequenas não têm espaço para identificar áreas protegidas dentro
                b. Terras indígenas grandes têm áreas de uso e áreas intocáveis
            2. Resex e APAs: se entram na totalidade, porque a TI não vai entrar?
                a. Conectividade ecológica e funcional
                b. Importante mesmo as áreas degradadas porque a gestão deve ser integrada – então inclui tudo e todos
            3. Diretrizes gerais e critérios a serem considerados caso a caso
    b. Processo de inicio e reconhecimento de mosaicos
        i. Pode ser proposto por qualquer instituição (governamental ou não) com atuação na área
        ii. Reconhecimento: Se incluir áreas da esfera federal (TI ou UC) deve ser encaminhado ao MMA
        iii. Quem organiza o processo de formação do mosaico?
            1. Quem estiver mais bem preparado ou com interesse manifesto
            2. Quem tiver recursos captados para tal fim
            3. Interlocutor articulado com todos os envolvidos
        iv. Atribuições de quais atividades são executadas no âmbito do mosaico, e quais são atribuição de cada espaço territorial específico devem estar claramente identificadas;
            1. Proteção
            2. Educação ambiental
            3. Compartilhar infra-estrutura

2. **Inclusão de áreas**
            1. É voluntária
            2. Manifestação formal
            3. Pode entrar em parte ou na totalidade?
                a. Ex. Parque da Serra do Mar só entrou a parte que faz parte do mosaico

3. Critérios para inclusão

a. Gestor ter interesse em participar
   i. Manifestação formal
   ii. Identifica com quais atividades vai contribuir/interagir
   iii. Identifica seus interesses para atuação do mosaico
b. No caso de terras indígenas
   i. Manifestação das organizações e comunidades indígenas
   ii. Interesse na gestão territorial e ambiental de suas áreas

c. Estar em áreas de interesse para criação de mosaicos e de corredores
   i. Pré-definido pelo Órgão central
   ii. Conectividade
   iii. Objetivos da conservação bio e sócio
   iv. Fortalecimento de estruturas de fiscalização
   v. Restauração de áreas degradadas
d. Disposição de trabalhar junto;
e. Terras indígenas
   i. Estar reconhecida (portaria declaratória do MJ)
f. APPs e reserva legal
   i. Estar averbada
g. Projetos de assentamento florestal e agroextrativistas
   i. Ter gestão ambiental e conselho em ação

4. Recorte territorial

a. Conectividade
b. Plotagem da área do território do mosaico - delimitação
   a. É composto por tais áreas
   b. Será feita a gestão integrada
   c. Necessário estabelecer critérios para a delimitação da área do mosaico
      i. Conectividade ecológica e funcional

c. Procedimento e trâmite
   i. No momento da adesão pode ser avaliado se será na totalidade ou em parte
      a. Partes de uma TI, ou de uma UC
      b. Manifestação formal de adesão do grupo indígena
d. Necessidade de manter uma identidade regional
   i. Se perder isso, é porque foi longe demais.
e. Objetivos do mosaico
   i. Devem levar em conta limites de tamanho
   ii. Função da área do ponto de vista biológico e social
   iii. Gestão integrada para a conservação

5. Atribuições de mosaicos

a. Levar em conta os objetivos da lei e os objetivos específicos de cada mosaico.

6. Constituição do conselho

   i. Levar em consideração as instâncias de tomadas de decisão das terras indígenas
   ii. Representações indígenas
      1. Federação Indígena –
         a. FOIRN (5 TI do Rio Negro) representando 80 associações indígenas

2. A maior parte tem organizações regionais. Ajudam no acompanhamento dos trabalhos. E onde não tem?
3. Dependendo de a terra indígena ter associação, incluir a organização local;

iii. Avaliar proporcionalidade e representatividade de povos e representações sociais
iv. Instituição convidada – por exemplo, representante da reserva da biosfera e corredor ecológico.

7. Plano de Gestão do Mosaico

a. Necessidade de articulação entre esferas de poder
b. Mosaico como fórum de mediação e resolução de conflitos
   i. Entre categorias
   ii. Entre UC e TI
   iii. Sobreposição e áreas de uso cultural
c. No caso de terras indígenas, disponibilizar o plano de uso, ou construí-lo no processo de implementação do mosaico.
d. Levar em conta as dinâmicas territoriais que afetam o conjunto das áreas; externas ao mosaico e internas de cada categoria
   i. O quê, de uma unidade afeta o conjunto, e do conjunto afeta a unidade
   ii. Definição do território
      1. Cruzamento da rede física com a rede sócio-cultural
e. Forma de gestão integrada
   i. Não é a mesma coisa que plano de gestão da UC, mas apenas trata dos programas que são atribuição da gestão em mosaico;
   ii. Não vai substituir o plano de gestão de unidades especificas, quando o mesmo existir, mas pode assumir caráter de gestão emergencial na ausência de outros planos.
   iii. Idealmente, as recomendações dos planos de mosaicos serão incorporadas, a seu tempo, nas revisões e elaboração de planos específicos das unidades que o constituem.

5 PRÓXIMOS PASSOS

a) Preparar relatório da oficina:
- Será enviado a todos os envolvidos por e-mail;
- Será analisado pelos grupos para estabelecer uma versão final.

b) Realizar um próximo encontro: previsão para o início de 2008

c) Formar grupos de trabalho:

Diretrizes gerais:
- Rita (CEUC/SDS)
- André (DIUSP/ICMBio)

Amazônia Meridional:
- Marcos Pinheiro (WWF-Brasil)
- Cristiane (ICMBio)
- Caê (CEUC/SDS)

Purus:
- Dadão (WCS)

Rio Negro:
- Jasy (WWF-Brasil)
- Samuel (WWF-Brasil)
- Tatiana (ICMBio)

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresenta-se aqui uma análise sintética dos resultados da segunda parte do seminário, principalmente das diretrizes para o reconhecimento e implementação de seis mosaicos de áreas protegidas e da regulamentação estadual.

6.1 Diagnóstico rápido dos mosaicos

Diagnóstico dos Mosaicos	Baixo Rio Negro	Amazônia Meridional	Nascente Rondônia	Rio Juruá	Rio Solimões	Baixo Rio Purus	TOTAL
Número de áreas protegidas	11	24	16	3	10	6	70
Área do Mosaico (hectares)	8.500.000	8.991.702	4.701.217	2.417.476	2.277.859	1.617.858	28.506.112
UC Federal	3	4	5	1	3	1	17
UC Estadual	6	14	5	1	1	1	28
UC Municipal	1						1
TI	1	6	6	1	6	4	24
UC Proteção Integral	4	9	5	1	1	1	21
UC Uso Sustentável	6	9	5	1	3	1	25
Planos de Manejo	3	1	1	0	1	1	7
Conselhos de UC	3	0	1	2	2	0	8
UC apoio Arpa	4	8	4	1	2	1	20
UC apoio Corredores	6	0	0	1	4	1	12

Entidades Envolvidas na Implementação dos Mosaicos	Baixo Rio Negro	Amazônia Meridional	Baixo Rio Purus	Rio Juruá	Rio Solimões	Nascente Rondônia
Entidade Federal	9	4	5	5	1	2
Entidade Estadual	6	3	1	1	1	1
Entidade Municipal	3		3	3		
Iniciativa Privada	1					
Entidade não governamental	15	3	4	4	2	9
TOTAL	**34**	**10**	**12**	**12**	**4**	**12**

6.2 Avaliação das vantagens e desvantagens de reconhecer um mosaico de áreas protegidas

Depois de categorizar todas as informações oferecidas pelo grupo, foram agrupados quatro eixos identificados como vantagens em se reconhecer os mosaicos de áreas protegidas (ações conjuntas, gestão integrada, otimização de recursos e integração de infra-estrutura) e três eixos que foram considerados como desvantagens (dificuldades de relacionamento, sobrecarga de ações e poucos recursos), como segue a apresentação a seguir:

<u>VANTAGENS</u>

Ações conjuntas

- Desenvolvimento de ações conjuntas dos órgãos gestores e da sociedade civil;
- Intercâmbio de informação e otimização de financiamentos e recursos humanos na linha de fronteira;

- Articulação e fortalecimento das estratégicas de implementação do corredor da Amazônia Meridional, reconhecendo os objetos de conservação em comum e integrando ação de proteção e uso sustentável;
- Fiscalização mais efetiva;
- Ampliação do raio de atendimento às famílias;
- Ampliação dos beneficiários de programas e ações implantadas nas áreas;
- Fiscalização integrada (operações, fiscais);
- Materiais e atividades de educação ambiental conjuntas.

Gestão integrada
- Consolidação da gestão integrada contra avanço na barreira do desmatamento;
- Manejo integrado dos recursos naturais;
- Integração de esforços na gestão de programas de geração de renda;
- Aproximação de atores sociais para minimizar conflitos;
- Fortalecimento da organização social e relações institucionais;
- Eficiência de gestão (recursos humanos e financeiros);
- Multidisciplinaridade;
- Força política;
- Diminuição da borda;
- Identidade territorial;
- Consultorias compartilhadas;
- Fluência na comunicação.

Otimização de recursos
- Otimização na proteção (fiscalização e monitoramento) e monitoramento de uso.
- Otimização na captação de recursos;
- Otimização de recursos para proteção e fiscalização.

Integração de infra-estrutura.
- Integração de infra-estrutura e logística;
- Infra-estrutura compartilhada.

<u>DESVANTAGEM</u>

Dificuldades de relação
- Fragilidade do conselho;
- Dificuldade de co-gestão da RDS Mamirauá (IDS Mamirauá e Fonte Boa);
- Diversidade de instâncias decisórias;
- Desgaste institucional e de recursos humanos;
- Integração de agenda na gestão de processo;
- Sobreposição de categorias de áreas protegidas no mosaico;
- Vaidades institucionais e dificuldades de relação.

Sobrecarga de ações e pouco recurso financeiro
- Sobrecarga de ações para as áreas protegidas que já estão implementadas;
- Mais reuniões, mais despesas...;
- Muita área, pouco pessoal e pouco dinheiro;
- Dificuldade de agendas individuais e distância física das entidades;
- Comunicação e deslocamento complexos;
- Interesses divergentes (plano de manejo madeireiro em Resex etc.).

6.3 Requisitos para formação de um mosaico de áreas protegidas

As informações coletadas no seminário possibilitaram constituir seis requisitos principais para a formação de um mosaico de áreas protegidas:

a) Interesse em compor o mosaico:
- Disposição institucional;
- Querer fazer parte do mosaico;
- Comprometimento com a conservação das áreas;
- Predisposição para atuar de forma integrada;
- Conversas e entendimentos entre os interessados para criação do mosaico;
- Disposição institucional;
- Disposição de trabalharem juntos.

b) Equipe local atuante:
- Comunicação entre os técnicos;
- Equipe técnica e ou representação das áreas protegidas;
- Responsável local.

c) Processos de implementação de unidade existente:
- Conselho constituído em cada unidade de conservação participante do mosaico;
- Entendimento prévio dos conselhos das unidades de conservação e dos povos indígenas na atuação em mosaico.

d) Identidade regional:
- Identidades sociais, econômicas, culturais ou biológicas;
- Estar sob influência do rio Purus;
- Identificação de afinidades - alvo de conservação, acessos, problemas;
- Necessidade de manter a identidade regional (Se perder isso, é porque foi longe demais!)

e) Insumos existentes:
- Infra-estrutura mínima para funcionamento;
- Logística favorável;
- Recursos financeiros;
- Recursos humanos.

f) Formato de corredor ecológico:
- Continuidade e conectividade das áreas;
- Mosaicos definidos como prioritário pelo órgão central;
- Objetivos da conservação biológico e social;
- Restauração de áreas degradadas.

g) Processos governamentais e de cooperação técnica:
- Reconhecimento legal do mosaico;
- Cooperação técnica formal entre as partes.

6.4 Processo necessário para reconhecimento de um mosaico de áreas protegidas

As informações coletas nos grupos de trabalho permitiram a definição de seis passos para o reconhecimento de um mosaico de áreas protegidas:

1. **Definição da proposta de mosaico:** O reconhecimento de mosaicos pode ser proposto por qualquer instituição (governamental ou não) com atuação na área. A proposta do mosaico deve levar em consideração a esfera envolvida, pois se incluir áreas da esfera federal (terra indígena ou unidade de conservação) deve ser encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente. Se caso no mosaico não estejam incluídas áreas federais, o reconhecimento pode ser feito na esfera estadual. Além disso, é preciso considerar que o responsável pela organização do processo de reconhecimento do mosaico é quem estiver mais bem preparado ou com interesse em desenvolver a proposta, ou ainda quem tiver recursos captados para tal fim.
2. **Mobilização**: Nesta fase, as instituições governamentais e entidades parceiras devem realizar debates internos para nivelar conceitos e definir o interesse institucional de trabalhar de forma compartilhada e integrada em um determinado conjunto de áreas protegidas. O ideal é envolver a estância de tomada de decisão, a equipe técnica envolvida com a implementação da área protegida e o setor jurídico da instituição. Também é importante nesta fase envolver os conselhos de unidades de conservação no processo de definição do interesse em participar do mosaico.
3. **Formalização do grupo de trabalho:** Esta fase inicia com a indicação dos representantes das entidades envolvidas para o grupo de trabalho (GT), na forma de uma manifestação formal, ordem de serviço ou de um simples ofício. O GT pode ser formalizado através de uma portaria da estância federal ou estadual, ou ainda operar de forma informal. O objetivo deste grupo é fortalecer o processo de tomada de decisão sobre o mosaico, desenvolvendo conteúdos e produtos que apresentem a proposta e sua justificativa; bem como, garantir a execução de todo processo de elaboração da proposta e preparação dos documentos para o reconhecimento. O GT deve estar articulado com todos os envolvidos... No caso de terras indígenas, o grupo de trabalho deve se precaver com as características étnicas, as dificuldades de comunicação, a diversidade de rituais para eleger um representante e os obstáculos no diálogo intercultural.
4. **Oficina de construção de propostas:** O objetivo desta oficina é construir com as entidades envolvidas na implementação das áreas protegidas um plano de ação, definindo as atividades compartilhadas e os elementos para uma gestão integrada do mosaico. Além disso, a oficina deverá identificar as atividades com que cada instituição vai contribuir e interagir, como também seus interesses para atuação no mosaico. O requisito de elegibilidade das áreas protegidas para participar do mosaico é, no caso das terras indígenas, que devem estar reconhecidas. As áreas de proteção permanente (APP) e as reservas legais devem estar averbadas e os projetos de assentamento florestal e agroextrativista devem ter gestão ambiental e conselho em ação.
5. **Preparação do documento da processo de reconhecimento:** Como última tarefa do grupo do trabalho, a preparação do documento para o reconhecimento do mosaico deverá conter: ficha técnica de cada área protegida e a proposta de mosaico; mapa mostrando a área de abrangência; plano de ação; atribuições de quais atividades são executadas no âmbito do mosaico, e as atribuições de cada espaço territorial específico devem estar claramente identificadas; parecer dos conselhos gestores; aliança institucional e contatos dos envolvidos; parecer jurídico e carta de adesão de cada instituição governamental. De forma complementar, é importante estabelecer um termo de cooperação técnica entre as instituições envolvidas para facilitar o trâmite burocrático, definindo os papéis e funções de cada parceiro, tendo como anexo o plano de trabalho produzido de forma participativa. Sendo interessante estabelecer algum tipo de consulta pública para debater a proposta, antes de encaminhar a proposta para o órgão central.
6. **Apresentação da proposta para o reconhecimento:** O ideal é que alguns representantes do grupo de trabalho façam uma apresentação dos objetivos e as justificativas para o reconhecimento junto ao órgão central. Após este momento, a inclusão de novas áreas protegidas ainda é possível e voluntária, basta fazer uma manifestação formal.

6.5 Mecanismos para apropriação institucional dos mosaicos no longo prazo

As informações coletadas nos grupos de trabalho permitiram a definição de quatro eixos de mecanismos para a apropriação institucional dos mosaicos:

a) Debater o conceito e estimular planejamento compartilhado:
- Oficinas, seminários, reuniões e divulgação (instituições e comunidades);
- Realização de um plano de ação que estabeleça as atribuições;
- Elaboração de planos de trabalhos conjuntos;
- Projetos para o mosaico.

b) Implementar os processos formais:
- Recebimento dos termos de adesão das entidades envolvidas e solicitação do reconhecimento pelo MMA;
- Reconhecimento legal dos procedimentos de criação e implementação dos mosaicos e conselhos de mosaicos;
- Protocolos e caminhos processuais estabelecidos;
- Carta de participação no mosaico ou termo de compromisso.

c) Estabelecer a gestão integrada:
- Formalização do conselho do mosaico;
- Controle pela sociedade civil;
- Reconhecimento nos planos de manejo ou gestão (considerando que os mesmos são aprovados pelo órgão gestor e pelo conselho deliberativo);
- Boa comunicação entre o conselho do mosaico e do conselho de cada UC.

d) Captar recursos para estimular ações compartilhadas e gestão integrada:
- Planos Operativos Anuais (POA) específicos ou linhas orçamentárias para os mosaicos;
- Plano de trabalho de cada unidade de conservação que contempla recursos e atividades do mosaico;
- Captação de recursos em nome do mosaico.

6.6 Subsídios para formação do conselho gestor do mosaico

As informações coletadas nos grupos de trabalho permitiram a definição de três eixos para subsidiar os conselhos gestores dos mosaicos:

a) Representatividade:
- Gestores das áreas protegidas;
- Gestores públicos das diversas esferas;
- Representantes dos conselhos;
- Representantes da sociedade civil por classe;
- Representante de cada TI*;
- Prefeituras municipais;
- Instituições públicas das diversas esferas;
- Instituições privadas (doadores ou mantenedores da proteção do mosaico);
- Instituições convidadas (Rádio Cultura e Reserva da Biosfera da Amazônia Central).

No caso da representação das terras indígenas, devem ser levadas em consideração as instâncias de tomadas de decisão das terras indígenas. A maior parte das representações indígenas tem organizações regionais que ajudam no acompanhamento dos trabalhos. Caso a terra indígena não tenha associação, deve-se incluir a organização local.

b) Competência:
- Competência de integrar ações;
- Condução do grupo de trabalho para o reconhecimento do mosaico;
- Análise e validação do trabalho deste grupo;
- Aprovação do plano estratégico;
- Envolvimento de outras entidades;
- Trabalho para apropriação institucional da gestão em mosaico em longo prazo;
- Promoção do planejamento e ações conjuntas, como um plano de fiscalização integrado;
- Elaboração de conteúdos e produtos sobre mosaico e exposição pública;
- Estabelecimento de fluxo de informação e pautas com outros conselhos;
- Promoção de "ponte" com outros conselhos, como por exemplo, os conselhos gestores das unidades de conservação e o conselho estadual da Reserva da Biosfera da Amazônia Central.

c) Atribuições do conselho:
- O conselho deve ser consultivo para questões específicas de cada área protegida e deve ser deliberativo para questões referentes ao mosaico;
- O conselho deve promover o fluxo de informação com os demais conselhos;
- Operacionalização de ações de proteção e monitoramento;
- Estabelecimento de diretrizes voltadas para melhor gestão da região;
- Articulação de ações de manejo;
- Identificação de demandas que não estejam cobertas pelos POAs de cada área protegida;
- Definição de estratégias para captação de recursos quando necessária;
- Garantia de realização das reuniões;
- Discussão sobre questões do mosaico;
- Não sobreposição aos conselhos de cada área;
- Elaboração do plano de trabalho do mosaico;
- Representação do mosaico;
- Intermediação de conflitos;
- Fomento de intercâmbios e capacitações;
- Fomento de publicações;
- Elaboração do seu regimento interno;
- É desejável que seja paritário.

6.7 Subsídios para construção de atividades no âmbito do mosaico

As informações coletadas nos grupos de trabalho permitiram a definição de quatro eixos para subsidiar a construção de atividades nos mosaicos:

a) Articulação institucional:
- Fortalecimento dos grupos de trabalho responsáveis pela construção da proposta para reconhecimento de mosaicos, como os respectivos conselhos gestores;
- Captação de recursos;
- Influência às políticas públicas;
- Resolução de conflitos de interesse do mosaico;
- Integração da elaboração dos planos de manejo das unidades do mosaico, focando os programas de manejo e o zoneamento da unidade;
- Atividades que estejam descritas nos planos de manejo e de gestão das várias áreas protegidas, membros do mosaico, desde que não firam a autonomia de área protegida;
- Capacitações;

- Elaboração de identidade visual;
- Elaboração de material educativo e de divulgação;
- Reuniões de conselho conjuntas.

b) Participação comunitária:
- Fomento à produção, manejo e geração de renda;
- Manejo de recursos pesqueiros;
- Ordenamento de projetos de produção comunitária;
- Ações educativas, socioeconômicas, geração de renda, regularização fundiária...

c) Pesquisa:
- Planejamento de pesquisa e produção de conhecimento (banco de dados, integração de pesquisadores, pesquisa voltada para gestão e manejo);
- Monitoramento da biodiversidade;
- Estudos e pesquisas integrados.

d) Proteção:
- Plano de fiscalização integrado (oficina, integração institucional com os tomadores de decisão);
- Fiscalização integrada;
- Vigilância comunitária.

ANEXO A: Lista de Participantes

N	Nome	Entidade	Complemento	Email
1	Ronaldo Weigand Jr.	MMA	Arpa	ronaldo.weigand@mma.gov.br
2	André Martius	ICMBio	DIUS	andre_martius@yahoo.com.br
3	Simone Nogueira dos Santos	ICMBio	EE Jarú	simone.jipa@gmail.com
4	Marina Mota Batista	ICMBio	NUC Rebio Abufari	marinambvet@yahoo.com.br,marina.batista@ibama.gov.br
5	Mariana Leitão	ICMBio	PN Jaú	mariana.leitao@ibama.gov.br
6	Cristiane Ramscheid Figueiredo	ICMBio	PN Juruena	crisambiental@gmail.com, cristiane.figueiredo@ibama.gov.br
7	Ana Rafaela D`Amico	ICMBio	PN Campos Amazônicos	ar_damico@yahoo.com.br
8	Victor Fernando Volpato Pazin	ICMBio	Resex do Rio Jutaí	victorpazin@gamil.com
9	Leila Alves de Sena	ICMBio	Resex Auati Paranã	leilasena@hotmail.com
10	Gustavo Souza Cruz Meneses	ICMBio	Resex do Rio Jutaí	gustavoscm@yahoo.com.br
11	João Faraco	ICMBio	Floresta de Jatuarana	joao_faraco@hotmail.com
12	Elder Araújo Pena	ICMBio	?	elder.pena@gmail.com
13	Adriana Magalhães	ICMBio	Ibama	adriana.magalhaes@ibama.gov.br
14	Cristina Batista	ICMBio	NUC/AM	cricabatista@gmail.com
15	Rita Mesquita	SDS	CEUC	rita@buriti.com.br
16	Carlos Eduardo Marinelli (Cae)	SDS	Mosaico Apuí	caemari@gmail.com
17	Izac Teobaldo	SDS	Apuí	izacapui@hotmail.com
18	Yara Camargo	SDS	Baixo Negro	yaracamargo@yahoo.com.br
19	Clarice Bassi	SDS	Baixo Negro	claricebassi@yahoo.com.br
20	Guilhermo Moisés Bendezú Estupinãn	SDS	Mamirauá	guilhermo.moises@gmail.com
21	Marcelo Cortez	SDS	Arpa	marcelocortez@terra.com.br
22	Thiago Mota Cardoso	Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ	FNMA Mosaicos	thiago@ipe.org.br
23	Hércules Quelú	Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ	IPE	hquelu@ipe.org.br
24	Sarita de Moura	Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ	IPE	sarita@ipe.org.br, saritademoura@hotmail.com
25	Claudia Pereira de Deus	InstPegaçu-Purus	Diretora	claudias@inpa.gov.br
26	José R. Rabelo	InstPegaçu-Purus	Técnico pesqueiro	zeca_ipi@yahoo.com.br
27	Eduardo Venticinque	WCS		eventicinque@wcs.org
28	Carlos Sérgio da Silva Guimarães	Pacto Amazônico	Técnica UC	cssguimaraes@gmail.com
29	Gustavo Irgang	Instituto Centro de Vida - ICV	Técnico UC	gustavo@icv.org.br

N	Nome	Entidade	Complemento	Email
30	Francisco Aginaldo Queiroz Silva	Grupo de Trabalho da Amazônia - GTA	Negro	aginaldoqueiroz@yahoo.com.br
31	Thais Danton Coelho	PPGSA/SDS		t.dantoncoelho@gmail.com
32	Marcia Lederman	Agência de Cooperação Técnica da Alemanha - GTZ	AM	marcialederman@yahoo.com.br
33	Maria Olatz Cases	Advogada	Especialista	ocases@uol.com.br
34	Samuel Tararan	WWF-Brasil	Rio Negro	samueltararan@wwf.org.br
35	Jasylene Abreu	WWF-Brasil	DesenvolvCapacidades	jasy@wwf.org.br
36	Marcos Pinheiro	WWF-Brasil	Mosaico Apuí	marcos@wwf.org.br
37	Denise Cunha	WWF-Brasil	Comunicadora	denisecunha@wwf.org.br
38	Alberto Vicentini	WWF-Brasil (consultor)	Consultor	vicentini.beto@gmail.com
39	Heloisa Dias	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	IF SP	helocnrbma@uol.com.br
40	Iara Vasco	Funai		iara.vasco@funai.gov.br
41	Domingos Macedo	SDS		macedodsm@hotmail.com
42	Tatiana Alves	ICMBio		titaana2@hotmail.com
43	Dan Pasca	Consultor - GTZ - PPTAL e ARPA		dan.pasca@gmx.net
44	Soledad Novelle	CEUC/ SDS		sol.novelle@gmail.com
45	Cesar Haag	CEUC/ SDS		cesar_haag@yahoo.com.br
46	Caio Pamplona	ICMBio	RB Jatumã	superpamplona@hotmail.com
47	Ana Flávia Ceregattizingra Tinto	ICMBio	cnpt-am	fafazingra@gmail.com
48	Antônia Suzy B. de Lama	CEUC/ SDS		suzyflower.bl@hotmail.com
49	Luis Renato Lopes	MMA/PCE/UCE		luis.lopes@mma.gov
50	Eduardo L. Bisaggio	ICMBio	Resex	ebisaggio@hotmail.com
51	Ana Paula O. Mendes	ICMBio	Flona Preta	ana.mendes@ibama.gov.br
52	Erica de Oliveira Coutinho	ICMBio	PN Serra da Cutia	ericacoutinho@yahoo.com.br
53	Thiago Beraldo	ICMBio	PN Pacaas Novos	thiagoberaldo@yahoo.com.br
54	Thais Kaseceer	CEUC/ SDS		thaguariba@yahoo.com.br
55	Cedric Goyet	CEUC/ SDS		cedricgoyet@yahoo.com.br
56	Bonifácio José	Fepi		baniwa@ig.com.br
57	Maria Auxiliadora O.	Fepi		mariavanila@yahoo.com.br
58	Bruno Marchena	ICMBio		brunomarchena@hotmail.com, bruno.tardio@ibama.gov.br
59	Juarez Costa			juarez@amazonia500.com.br
60	Marcos Amena	Conservação Estratégica		marcos@csfbrasil.org.br

ANEXO B: Programação do Seminário
29/10/07

8:00 h café da manhã

8h30 h Abertura

Experiências brasileiras de mosaicos e temas afins

9:00 h O olhar do ARPA sobre os mosaicos
Ronaldo Weigand Jr. Coordenador ARPA/MMA

09:30 h Programa Mosaicos de Unidades de Conservação na Mata Atlântica
Heloisa Dias. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera

10:00 h Mosaicos de áreas protegidas. O desafio da gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação.
Iara Vasco Ferreira. Funai

10:30 h O desafio da gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação.
Dan Pasca. Consultor do Arpa

11:00 h Definições conceituais de mosaicos, corredores e reserva da biosfera.
María Olatz Cases. Consultora GTZ.

11h30 h Debate

12:30 h Almoço

Experiências de mosaicos na Amazônia

14:00 h Conjunto de áreas protegidas do baixo Rio Negro
Thiago Mota Cardoso. IPÊ

14:30 h Bloco de Conservação Juruena Apuí
Marcos Roberto Pinheiro. WWF-Brasil

15:00 h Programa de Monitoramento do Médio Juruá
Carlos Eduardo Marinelli. CEUC/SDS

15:30 h Plano de Proteção do Médio Juruá
Guillermo Estupiñan. SDS

16h00 h Café com prosa

16h30 h Debates e preparação do segundo dia, para trabalhos em grupo

17:30 h Encerramento primeiro dia

30/10/07

8:00 h Café da manhã

9:00 h Visão do governo estadual sobre a implementação de mosaicos no Amazonas. Dra. Rita Mesquita – Coordenadora do CEUC do Amazonas

Trabalho em grupos

10:10 h Grupos de Trabalho por mosaico (Rio Negro, Sul do Amazonas, baixo Purus e Solimões)

12:00 h Almoço

13:30 h Continuação dos trabalhos em grupo

15:30 h Intervalo

15:50 h Apresentação de resultados dos grupos

16:30 h Discussão em plenária

17:20 h Encaminhamentos